ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2023

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três pelas nove horas e quarenta minutos, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 1ª sessão ordinária. Presidiu aos trabalhos o senhor deputado municipal Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas senhoras secretárias municipais: Tânia Gil da Rocha Lemos e Rita Belo Santos.

A – PERÍODO DE ABERTURA

Sr. presidente da Mesa – Muito bom dia senhoras e senhores deputados municipais, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores.

Sendo esta a primeira reunião da Assembleia Municipal do ano de 2023, antes de procedermos à chamada, em meu nome e em nome da Mesa, gostaria de desejar a todos muita saúde, felicidades e sucesso ao nível pessoal, profissional e político. Desejo também que este seja um ano em que todos possamos alcançar os nossos objetivos no que diz respeito aos interesses comuns dos munícipes de Angra do Heroísmo. Ficam aqui expressos os meus votos das maiores felicidades para todos juntamente com um abraço.

A senhora 2.ª secretária da Mesa Rita Belo Santos procedeu à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:

Alexandra Cristina Santos Freitas, Ana Margarida Leonardo Silva Fortuna, Arnaldo José Silveira Teixeira, Cidália de Lurdes Correia Parreira, Carla Alexandra Cardoso Monteiro, Catarina Barcelos Silva Duarte de Faria, Cláudia Alexandra Coelho Cardoso, Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha, Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço, João Carlos Amador Lopes Mateus, João Carlos de Castro Tavares, João Manuel Machado Enes, José Miguel de Freitas Toste, Lisete Fernandes de Oliveira, Marcelo Leal Pamplona, Marco Paulo Vieira Alves, Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira, Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, Paulo Jorge Pimentel da Silva, Rita Belo Santos, Tânia Gil da Rocha Lemos, Valdeci Purim.

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

Alberto Gonçalves de Melo, Anabela Ferreira Rafael Silveira de Borba, Bruno Miguel Ferreira Fagundes, Carlos Henrique da Costa Neves, César Alexandre Pacheco Medeiros, Cesário Alberto Ferreira Pamplona, Guilherme Carlos da Rocha Bizarro, Luís Carlos Cota Soares, Luís Manuel Mendes Leal, Luísa Brasil Peixoto Lourenço, Luísa da Costa Barcelos, Maria Cecília Narciso Vieira Sousa Costa, Mário José Martins Cardoso, Paulo Duarte Gomes.

GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP:

André Melo Castro, João Alexandre de Sousa Barata Feio de Oliveira, Vítor Bruno Pereira Costa.

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO POPULAR MONÁRQUICO:

Tomás Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho.

CÂMARA MUNICIPAL:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Brites Baldaia do Rego Botelho Mendonça Cunha, Fátima da Conceição Lobão Santos da Silveira Amorim, Guido de Luna da Silva Teles, Nelson Gomes Furtado, Paulo Alexandre Silva Lima, Sandra Maria de Sousa Garcia.

Posta à discussão e votação sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da 5ª sessão ordinária do dia 16 de dezembro de 2022 foi aprovada por unanimidade.

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura do expediente, dando conta do seguinte:

- ***Da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores:***

  Do Grupo Parlamentar do PSD:

  – Um Voto de Congratulação atribuído a Frederico Ferreira pelo título de campeão mundial de kickboxing, que foi aprovado por unanimidade.

  – Um Voto de Congratulação pelos 25 anos do Lar Recolhimento Jesus Maria José, que foi aprovado por unanimidade.

Sr. presidente da Mesa – Na sequência do pedido verbal que foi feito na última sessão da Assembleia, foi distribuído aos líderes das bancadas o acordo de colaboração celebrado com o IHRU respeitante ao programa de apoio ao acesso à habitação.

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Não houve intervenções por parte do público presente.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Muito bom dia a todos. Esta minha intervenção é sobre o transporte de Angra do Heroísmo para o aeroporto. Há um autocarro de hora a hora das 06h15m às 19h00 com dezassete saídas durante a semana e das 09h00 às 17h00 com onze saídas ao sábado e cinco saídas ao domingo. Todas estas viagens demoram cerca de uma

hora, têm transbordo na Praia da Vitória e paragem junto ao aeroporto, mas do lado das partidas.

Estamos a ter um grande aumento do número de turistas que viajam até à Terceira por cinquenta euros, ida e volta desde Lisboa ou do Porto, por isso não faz sentido que gastem o mesmo valor numa viagem de táxi do aeroporto para Angra do Heroísmo. É esta última milha que faz com que Angra seja menos atrativa do que outros sítios em termos de turismo e estamos a competir ao nível mundial. Sei que sempre houve reação por parte dos taxistas, que bloquearam o aeroporto de Lisboa durante dezenas de anos, e depois construiu-se o Metro que é fundamental para transformar Lisboa numa cidade atrativa em termos turísticos com todos os custos e benefícios que isso traz.

Apesar de serem da gestão da Praia da Vitória, é fundamental que, de alguma forma, haja um diálogo com os taxistas que prestam ali serviço porque o aeroporto interessa a toda a ilha e deveria haver uma camioneta para transportar os passageiros desde as chegadas do aeroporto até à praça de Angra, o que demorará apenas cerca de meia hora se não houver transbordo na Praia da Vitória.

Creio que o atual sistema não se adapta. Percebo que todos tenhamos mais ou menos forma de arranjar uma boleia ou apanhar um táxi para ir e vir do aeroporto, mas agora temos que pensar naqueles que nos visitam e não faz sentido que gastem tanto para se deslocarem do aeroporto até aqui, como gastam para virem de avião desde Lisboa ou do Porto.

Sr. presidente da Câmara – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia.

Aproveito para falar de uma questão um bocadinho mais vasta que é do interesse desta Assembleia, tem a ver com a reorganização do transporte coletivo e ramifica com a utilização dos táxis. A situação é complexa porque envolve o Governo Regional, que é a autoridade dos transportes não urbanos, e tem que ser resolvida mediante o acordo entre os dois municípios da ilha. Tem-se vindo a trabalhar nesta matéria desde há um par de anos com resultados modestos porque os *players* envolvidos estão agarrados às atuais soluções, a vontade de mudar é muito pouca e toda a gente tenta conservar aquilo que foi conquistando ao longo do tempo.

Sob a égide da Câmara do Comércio, estão neste momento a decorrer conversações entre os dois municípios no sentido de se alterar a maneira como os táxis funcionam. Durante muitos anos, os taxistas de Angra puderam apanhar passageiros no aeroporto, tal como os da Praia os podiam recolher no hospital, por exemplo, um outro polo gerador de tráfego. Contudo, há cerca de uma década entenderam que não deveria ser assim e neste momento, um táxi que leve alguém ao aeroporto, não pode trazer ninguém de volta, vendo-se obrigado a regressar a Angra com a viatura vazia. O reverso também acontece em que, um táxi da Praia da Vitória que transporte passageiros para o hospital, tem que regressar vazio.

Esta Assembleia deu já o primeiro passo, aprovando há poucos anos um novo regulamento em que os nossos taxistas passaram para o regime livre condicionado. Isto quer dizer que os taxistas registados em Angra estão livres de fazerem praça onde quiserem na

zona fora da Circular, podendo estacionar também no hospital, no Alto das Covas, no Bailão e em todos os locais em que haja estacionamento especificamente reservado para táxis. Podem também recolher passageiros onde quiserem porque não estão vinculados a qualquer praça.

Um taxista de Angra do Heroísmo pode optar por permanecer na Ladeira de São Francisco durante a manhã, transitando para o hospital durante a tarde se lhe der mais jeito, enquanto na Praia da Vitória vigora ainda o antigo sistema com taxistas vinculados ao centro da Praia, ao Posto Um, ao aeroporto, etc., por isso é preciso que esta migração seja feita para libertarem os taxistas. Se tal acontecer, será possível voltarmos ao antigo acordo, permitindo que os taxistas da Praia operem no hospital ou noutro local qualquer e vice-versa. Essa seria a situação desejável que terá que ser decidida pelos nossos vizinhos da Praia da Vitória na sua Assembleia Municipal e envolve também um acordo com a APALIT, a entidade que representa os taxistas na ilha Terceira e tem competência em matéria de regulamentação do transporte em táxi.

O assunto está também muito complexo no que diz respeito ao transporte coletivo de passageiros, nomeadamente os autocarros. Através de uma norma que foi introduzida no orçamento de há três anos, a região transferiu para os municípios a competência do transporte coletivo urbano; isto significa que, dentro do espaço considerado urbano, cabe ao município a gestão do transporte coletivo, mantendo-se a cargo do Governo Regional a regulamentação e gestão do transporte coletivo não urbano. As ligações entre Angra e Praia não são urbanas, por isso cabe ao Governo Regional dizer por onde passam os autocarros.

Numa negociação que está praticamente concluída, acertámos com o Governo Regional que consideraríamos como zona urbana no nosso concelho, toda esta área entre a Ribeirinha, o Posto Santo, a Terra Chã, São Mateus e a cidade de Angra. Houve concordância da parte do Governo, embora não se tenha ainda formalizado o acordo. Esta decisão resulta de um estudo que foi feito sobre a otimização do transporte coletivo com a necessidade de se fazer este alargamento, já que a cidade é um espaço muito curto do ponto de vista geográfico.

O terminal rodoviário do Bailão, que é a peça chave desta alteração, está a dias ou semanas de ser colocado em funcionamento, faltando apenas finalizar algumas questões de carpintaria no interior e a pintura no asfalto que, tanto quanto sei, está a bloquear a situação porque, infelizmente, não há nesta ilha nenhuma máquina que faça este trabalho.

O terminal está praticamente em condições de funcionamento. Tencionamos mudar para lá a saída dos miniautocarros neste ou no próximo fim de semana e todo o sistema de transporte nas semanas seguintes, algo que terá que ser feito progressivamente. Esta alteração implica um problema, já que as viaturas da empresa concessionária deste serviço não são as mais adequadas e precisamos de autocarros mais pequenos para densificarmos o transporte dentro desta zona.

Necessitamos de mais ligações dentro da cidade e para a Ribeirinha e São Mateus, o que terá que ser feito com miniautocarros porque não há passageiros que justifiquem grandes viaturas a fazerem esse serviço com frequência. É necessário fazer uma adequação da própria frota, um processo de transição que demorará seguramente alguns anos. O município terá que abrir concurso para esta rede da zona urbana porque a atual concessão pertence à região

autónoma dos Açores desde o período anterior à criação destas autoridades municipais de transporte. A região tinha autoridade sobre todo o território e agora terá que haver uma separação entre a concessão do transporte urbano e interurbano. O assunto é complexo e tem vindo a ser conversado com a empresa concessionaria para não causarmos uma perturbação ao seu funcionamento. Há aqui um conjunto de questões complexas que estão a ser devidamente equacionadas.

Respondendo à questão do senhor deputado Tomás Dentinho, é fundamental que exista esse transporte que passa necessariamente por esta alteração. Se não resolvermos a questão dos táxis antes de partirmos para a solução global do problema, vamos aumentar as tensões e os problemas que já são muitos. Temos que alterar primeiro o transporte urbano e a seguir o interurbano para depois adequarmos o serviço de táxis a tudo isto. A reforma é profunda e vai deparar-se com grandes resistências por parte de todos os envolvidos porque isto implica a alteração de posicionamentos no mercado que, nalguns casos, tem décadas de funcionamento. Este é um problema grave e difícil que vai demorar muitos anos a resolver, mas estamos nesse caminho.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Começo por agradecer ao senhor presidente da Mesa o seu cumprimento inicial com os votos de um bom ano e louvo também a cordialidade, a perspicácia e a serenidade com que dirige os trabalhos desta Assembleia Municipal. Cumprimento também os restantes elementos da Mesa, o senhor presidente da Câmara e as senhoras e senhores vereadores e todos os senhores deputados à Assembleia Municipal. Fazendo minhas as palavras do senhor presidente da Mesa, desejo a todos um ano muito profícuo, embora quem antecipa não ache que o vá ser, mas esperamos que seja o melhor possível.

A Assembleia Municipal nomeia alguns elementos para o Conselho de Ilha, do qual faz também parte o senhor presidente da Câmara. A última reunião realizou-se no dia 26 de janeiro e foi muito interessante e profícua, onde foram suscitadas de uma forma serena, grandes questões relativas à ilha Terceira. A julgar pelas intervenções, constata-se uma unanimidade na abordagem dos vários temas com muita importância para a ilha Terceira em termos de infraestruturas e dos custos de eletricidade, soluções que tardam a ser definidas.

O Conselho de Ilha tem uma grande representatividade. Junta pessoas indicadas pela Assembleia Municipal e também o seu presidente, o senhor presidente da Câmara Municipal, membros dos dois grupos parlamentares aqui existentes, da Câmara do Comércio, das associações sindicais, das IPSS, um representante do Governo Regional – que até este momento ainda não foi visto nas reuniões – e também as senhoras e os senhores deputados que representam a ilha Terceira na Assembleia Legislativa Regional.

Tendo uma tão grande representatividade, a voz do Conselho de Ilha deveria ser respeitada e surtir impacto na vida económica, social cultural da Terceira, nas restantes ilhas dos Açores e nas várias entidades com responsabilidades na gestão pública na Terceira. A verdade é que, por uma razão ou por outra, tal não tem acontecido e a maior parte das pessoas não terá sequer conhecimento que ocorreu uma reunião do Conselho de Ilha no dia

26 de janeiro, nem saberá que assuntos lá foram tratados, algo que enfraquece a posição política da própria ilha.

Na companhia das nossas câmaras municipais e das juntas de freguesia, o Conselho de Ilha é talvez o principal órgão de afirmação da vontade do povo da ilha Terceira devido à sua alta representatividade e volto a assinalar a importância do que lá foi dito que tem que ser do conhecimento dos terceirenses e dos açorianos em geral. Nessa reunião foram abordadas questões sobre a forma como se poderia dar uma outra visibilidade ao Conselho de Ilha e concluiu-se unanimemente que bem precisamos de afirmar posições que são essenciais para o interesse da Terceira que é sempre o interesse dos Açores, mesmo quando conflituante.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais.

Trouxemos à reunião da Assembleia Municipal do passado dia 16 de dezembro, a questão referente ao IMI na zona classificada de Angra. Na altura, o senhor presidente da Câmara disse que aguardava a aprovação do orçamento de Estado que, entretanto, foi aprovado no dia 30 de dezembro. Gostaria de conhecer a posição da Câmara Municipal de Angra sobre este assunto, se haverá consenso em relação às restantes cidades património mundial, se a Câmara avançará com uma proposta própria e qual será a sua base negocial em relação à isenção do IMI. Enquanto não houver um novo regime relativo à isenção total ou parcial do IMI, gostaria de saber se continuarão isentos os proprietários de imóveis localizados na zona classificada da cidade.

Foi com surpresa e agrado que vi aqui a convocatória para o Conselho Municipal da Juventude. Gostaria de saber há quantos anos este Conselho não reúne e porquê e por que razão, esta convocatória foi feita pela vereadora que, segundo sei, não tem a seu cargo o pelouro da juventude.

O ano passado questionei aqui na Assembleia, a cobertura das piscinas municipais. Tinham-me dito que a obra estaria concluída e a funcionar sem qualquer problema mas a verdade é que tem chovido lá dentro. Pergunto quando e de que forma a Câmara tomou conhecimento dessa situação e quais as diligências adotadas até agora.

Sr. presidente da Câmara – Antes de responder às questões agora colocadas, gostaria de dizer que partilho integralmente o que aqui foi dito sobre o funcionamento do Conselho de Ilha que, de facto, tem uma extraordinária importância, particularmente nestes tempos difíceis e complicados em que o bairrismo tem vindo a crescer de uma forma despudorada, algo que as pessoas levam com uma naturalidade tal em algumas das ilhas, pensando que têm uma espécie de direito sagrado em que tudo tem que ser feito lá da maneira que querem.

Precisamos de fazer um esforço coletivo para que o Conselho de Ilha da Terceira ganhe uma outra força e visibilidade. À exceção da VITEC que aqui marcou presença, mais ninguém seguiu a reunião e nem sequer apareceu no jornal a notícia que o Conselho de Ilha tinha reunido. Foi como se tivesse havido uma reunião secreta aí num lugar qualquer porque, nada dela transpirou; alguns dias depois saiu na VITEC um excerto do que aqui se passou e nada mais. É uma pena que assim seja porque isso enfraquece muito o que a ilha Terceira pode e

deve fazer do ponto de vista da defesa dos seus naturais interesses e também da sua colaboração e aporte nas soluções regionais para estes problemas. Nessa reunião do Conselho de Ilha discutimos as questões da energia, um assunto que me é particular e literalmente caro e começa a surgir na opinião pública porque as faturas da energia de janeiro estão a chegar agora às casas das pessoas.

Esta questão é fundamental e tem a ver com a sustentabilidade da nossa economia. Tivemos aqui um bom e profundo debate em torno desta matéria mas a discussão ficou entre estas quatro paredes e não teve o impacto que poderia e deveria ter tido. Estamos a falar de algo muito sério que vem pôr em causa uma boa parte do percurso que tem sido feito na eletrificação da nossa economia, seja no aquecimento da água das nossas casas ou até mesmo no que respeita às viaturas, em que se tem vindo a tentar privilegiar as elétricas, algo que só poderá acontecer mediante o pressuposto de bons preços da energia elétrica que tornem esse tipo de migração convidativo.

Não faz sentido que, durante mais de uma década, tenhamos vindo a subsidiar a instalação de bombas de calor e um conjunto de iniciativas com vista à migração para a eletricidade, que agora é colocada a um preço que vai forçar as pessoas a voltarem para o gás. Isto acontece numa ilha com eletricidade a mais em que todas as noites deitamos fora uma percentagem muito grande da nossa produção.

A TERAMB, da qual este município detém 60% do capital, desperdiçou nos últimos dois meses do ano 2022, cerca de 40% da sua energia elétrica. Estou a falar da TERAMB mas os aerogeradores estiveram parados na maior parte das noites por não haver consumo para a energia que viessem a produzir. Temos também uma capacidade geotérmica que não está esgotada e alega-se que não vale a pena investir neste setor porque não há consumo. Este foi um bom ano hídrico e as centrais hídricas têm tido também restrições na sua produção energética.

Se temos excesso de energia, ainda por cima produzida a preços locais porque o vento não vem da Ucrânia nem da Rússia, a geotermia não vem de lado nenhum e a água vem da Nasce Água, porque é que continuamos com preços que são justificados por fatores externos relacionados com o petróleo? Esta situação é inaceitável. Temos uma produção endógena que nada tem a ver com estes preços, não a aproveitamos e faz-se todos os possíveis por impedir que se produza mais e se entre no mercado. A ilha Terceira tem que ser informada porque não faz sentido que paguemos nas nossas casas a preço do ouro, aquilo que está a ser desperdiçado ali em cima.

Isto não vai lá com coisinhas. Temos que olhar para o nosso sistema energético e ir ao fundamento das questões que têm a ver com uma derrogação comunitária de 2006, com a maneira como o nosso sistema foi regulado pela ERSE e ainda com um conjunto de outras questões que são nossas e não dependem de terceiros. Está na altura de tomarmos conta da nossa própria vida porque o que está a acontecer é indescritível e estamos a pagar por uma energia que deitamos fora.

Faço minhas as palavras do senhor deputado Carlos Costa Neves, dou-lhe os parabéns pela sua intervenção e digo-lhe que é fundamental que o Conselho de Ilha tenha outra

visibilidade, caso contrário, estaremos todos a desperdiçar o nosso tempo e a perder uma das principais alavancas capazes de fazer esta ilha andar para a frente.

Em resposta à questão das piscinas municipais, a situação deixou-me profundamente irritado porque soube que havia ali um problema através de um *post* feito pela senhora deputada municipal, algo que me deixou profundamente «feliz e bem-disposto» com a respetiva chefia.

O Conselho Municipal da Juventude reuniu em 2021 antes das eleições mas depois houve uma interrupção devido a uma alteração legislativa acerca da sua composição. Essas competências foram passadas para a senhora vereadora Fátima Amorim, que tem à sua conta tudo o que tenha a ver com a parte social incluindo a juventude, enquanto o senhor vereador e vice-presidente da Câmara Guido Teles, é responsável por tudo o que tem a ver com desporto, cultura e economia. Fez-se aqui um reacerto de competências e otimização do funcionamento do município para que cada chefia, dentro da organização da Câmara, corresponda diretamente apenas a um vereador.

Ainda a respeito das piscinas, alguém terá colocado o silicone errado ou foi esquecido, mas foram tomadas as devidas medidas e espero que não volte a entrar água.

O senhor vice-presidente da Câmara esteve a estudar a questão do IMI e, com a permissão do senhor presidente da Mesa, poderá responder com mais propriedade.

Sr. vereador Guido Teles – Muito bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e caros colegas vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Com a entrada em vigor do orçamento de Estado para este ano, acabou por se confirmar o que foi falado na última reunião desta Assembleia Municipal. A introdução de uma alteração no estatuto dos benefícios fiscais veio clarificar esta matéria, prevendo que os imóveis situados em zonas classificadas não sejam considerados monumentos nacionais de interesse público ou municipal; por estarem localizados em sítios classificados – como é referido na lei – não têm direito automático a uma isenção de IMI.

Retoma-se assim o regime que era aplicado antes da interpretação que foi feita na sequência da publicação do acórdão pelo Tribunal da Relação, que depois deu lugar à interpretação por parte das finanças. Apenas os prédios reconhecidos e classificados de interesse municipal têm direito à isenção de IMI, o que significa que, qualquer proprietário de um prédio inserido numa zona classificada, teria que passar por todo o processo de classificação numa destas tipologias previstas na legislação, um procedimento que está a ser levado a cabo por todas as câmaras municipais visadas por esta alteração legislativa. Está tudo a ser feito de forma articulada e o procedimento é igual para todos.

Sr. presidente da Câmara – Gostaria de aprofundar um pouco este *status quo*, dizendo que nada vai acontecer este ano porque a liquidação é feita em relação ao ano passado e em 2024 estarão isentos os imóveis de interesse municipal ou de interesse público que foram classificados individualmente pela região. Há um conjunto de prédios que retomarão a isenção e todos os outros terão uma redução máxima de IMI que volta a aplicar-se de acordo

com o que foi decidido por esta Assembleia. Há prédios que, de facto, devem ser considerados porque são marcantes na cidade e podem ainda não constar em nenhuma das outras categorias.

Durante os próximos meses teremos que articular com as outras cidades no sentido de se criar um regime para que as pessoas que tenham prédios marcantes com um determinado significado e valor do ponto de vista patrimonial, possam solicitar de forma simplificada a sua classificação como de interesse municipal. Sendo concedida essa classificação, terão direito à isenção.

Em 2024 o regime será exatamente o mesmo que em 2019, ou seja, haverá uma redução de 30% no valor do IMI e também majorações com o agravamento do imposto para quem tiver o prédio abandonado ou em ruínas. Voltamos assim a ter um instrumento que se tinha demonstrado fundamental para a boa gestão da cidade.

Os proprietários de casas abandonadas no centro da cidade vão pagar muito mais IMI como pagavam anteriormente, uma forma de os fazer investir nas suas propriedades. Esse agravamento a aplicar aos prédios em ruinas poderá ir até aos 600%, ou seja, quem não tomar conta do seu prédio, poderá pagar até seis vezes mais o valor do IMI, o que normalmente não acontece, havendo apenas o agravamento de 100%.

A devido tempo anunciaremos um procedimento mais simplificado para os prédios que devam ser colocados na lista de imóveis de interesse municipal, o que envolve uma apresentação das razões por parte do proprietário, além de um diálogo que terá que ser feito com a Direção Regional da Cultura que tem a última palavra nesta matéria; a Câmara classifica e a DRC dá um parecer vinculativo.

Sra. d. m. Marília Vargas – Bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Agradeço e retribuo ao senhor presidente da Assembleia, os votos de um bom ano que são extensivos a todos os presentes.

Quero demonstrar mais uma vez a minha preocupação em relação ao plano de investimentos do Governo Regional para a ilha Terceira. Foi já aqui exposto por mim e pelo Partido Socialista da ilha Terceira, que o plano deste ano apresenta uma redução de 40% face ao ano anterior com um corte de 83 milhões de euros. Se compararmos com o último ano da governação socialista, estamos a falar de um corte de 44% correspondente a 97 milhões de euros. Com a agravante de uma cativação da verba para este planeamento, pouco ou nada restará para a ilha Terceira porque haverá um corte de 25% em cima dos 40%, para não falar da execução de apenas 60% do plano do ano passado.

Lamento que o Conselho de Ilha não tenha tido uma posição mais forte em defesa dos interesses da ilha Terceira e têm-nos chegado queixas por parte das empresas e instituições, que não estão a receber do Governo Regional, os apoios previstos. Para vos dar um exemplo, as unidades de saúde de família nas freguesias não estão a receber os pagamentos das despesas das suas instalações e algumas correm até o risco de encerrar, para não falar da situação dramática da falta de médicos de família nessas unidades de saúde. Há muitos

utentes ainda sem médico de família e outros que não conseguem renovar os seus receituários.

A situação é preocupante. O que não foi pago o ano passado há de ser pago este ano, retirando ainda mais recursos ao plano. Temos que assumir uma posição cada vez mais forte porque a situação não é boa para a ilha Terceira.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Talvez este não seja o melhor local para serem apresentadas as situações que a senhora deputada Marília Vargas referiu e muito bem. Considerando que se trata de uma repetição do que foi já referido em dezembro, convido a senhora deputada a consultar os relatórios de execução dos últimos dez anos da governação socialista para constatar que nunca houve um investimento executado de mais de 70 milhões de euros, enquanto no ano de 2021 foi executada na ilha Terceira, uma verba superior a 100 milhões de euros. De que nos serve estar a prever milhões para depois se executar em tostões?

O grupo parlamentar do Partido Social Democrata na Assembleia Legislativa Regional foi o único que apresentou questões de ilha e se referiu à ilha Terceira na discussão do plano e orçamento para 2023. É óbvio que esta situação nos preocupa e queremos um maior investimento para cada uma das nossas ilhas mas, fazendo passar uma meia verdade, não a torna na verdade.

Voltando às questões que coloquei há pouco ao senhor presidente da Câmara, agradeço as respostas relativas à cobertura das piscinas municipais, lembrando que estamos todos aqui com o objetivo comum de trabalhar para o bem público.

Quanto à reativação do Conselho Municipal da Juventude, espero uma maior proatividade por parte da senhora vereadora com este pelouro já que o Conselho não reuniu uma única vez no último ano e meio.

No que diz respeito ao IMI na zona classificada e para que a população fique esclarecida, pergunto se é aplicado o regime que vigorava anteriormente enquanto não houver qualquer alteração.

Sr. presidente da Câmara – Volta-se ao mesmo que existia.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – O mesmo que existia em que as pessoas pagam. O senhor presidente falou de uma lista referente ao património de interesse municipal. Gostaria de saber se essa lista é pública e como podemos ter-lhe acesso.

Sr. presidente da Câmara – Fazendo aqui uma correção, de acordo com o que me foi dito há pouco, o Conselho Municipal da Juventude deixou de reunir em 2020 devido à pandemia da Covid-19, tendo a última reunião ocorrido antes do Natal na preparação do orçamento de 2019.

A situação é clara quanto ao IMI, em que voltamos ao que existia antes da interpretação que as finanças fizeram da lei. A lista dos imóveis classificados foi publicada em Jornal Oficial e está também disponível e bem feitinha na *Wikipédia*.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – A minha intervenção tem a ver com um pedido que foi feito ao senhor presidente da Mesa na sequência de questões pendentes relativas à Câmara

Municipal. Agradecemos a resposta ao cronograma do PRR Habitação que recebemos hoje mas há mais dois pedidos pendentes, sendo um deles relativo ao programa «Estuda+».

Na última sessão desta Assembleia solicitámos o ponto da situação, por isso aqui vai o pedido ao senhor presidente da Mesa no sentido de evitarmos um requerimento feito por escrito – mas podemos fazê-lo – e importa que isto fique em ata. Quando é feito um pedido e há um compromisso em responder por parte da Câmara Municipal, importa que isto fique mencionado em algum lado. Os requerimentos por escrito serão uma forma mais segura mas talvez seja escusado um acrescento de papel ou o envio de *e-mails*.

Está também pendente o tal estudo de reordenamento urbano que solicitámos na sequência da central de camionagem. Quero assinalar estas duas pendências, pedindo que fiquem em ata, e seria bom se nos dispensassem da elaboração do referido requerimento.

Quanto ao IMI na zona classificada da cidade de Angra, fiquei sem perceber quem paga o quê e como paga, mas dispenso a explicação do senhor presidente da Câmara porque a minha colega Luísa Barcelos certamente percebeu e depois explica-me toda esta situação.

Desejo boa sorte a todos nós, nomeadamente ao executivo camarário e às entidades da cultura da região autónoma dos Açores em relação a essa classificação caso por caso que vai ser muito complexa: «O meu vizinho tem e eu não tenho porque aquele é primo de fulano, o outro é cunhado de sicrano e a Câmara ou a junta de freguesia são desta ou daquela formação política, etc.»

Antevê-se uma situação complicadíssima num futuro próximo. Percebi o senhor presidente da Câmara quando referiu que cada caso é um caso e o critério seria alargado, contudo gostaria de deixar uma nota de preocupação: havendo imposições sem grandes contrapartidas, receio que continue a aprofundar-se o abandono da cidade por parte dos cidadãos, algo que se combate em Angra e em todo o mundo. Não quero ser um profeta de más coisas, até porque o povo costuma matar os seus profetas e não quero ser morto por ser um profeta da desgraça.

No seguimento da intervenção da senhora deputada Marília Vargas e confirmando as palavras da minha colega Luísa Barcelos, lembro que a Assembleia Municipal e o Conselho de Ilha dão pareceres sobre o orçamento regional, algo que podemos e devemos transformar em instrumentos políticos mais valiosos. O parecer do Conselho de Ilha deste ano é favorável mas não é claro; ao lê-lo, tenho a maior das dúvidas que seja favorável, por isso há aqui questões que têm que ser aprofundadas.

Voltando à minha questão inicial, é possível pormo-nos de acordo em relação a, pelo menos 70% das questões, que apenas farão sentido se lhes for dado seguimento. Além dos pareceres claros emitidos pelas duas entidades, devemos ter como guia durante o ano, um memorando como o que foi proposto no Conselho de Ilha pelo senhor deputado José Miguel Toste. Teríamos assim uma listagem das questões abordadas para podermos ir acompanhando a sua concretização e o ponto da situação. Se não houver um escrutínio, estamos sempre no mesmo campo; ou há um parecer claro e um efetivo escrutínio e seguimento, ou é escusado fazermos o parecer.

Penso que estamos todos a aprender. Independentemente das nossas posições em relação à execução dos investimentos que dedicamos a cada uma das ilhas, acho que podemos ser mais eficazes, daremos o melhor contributo possível da nossa parte e vejo na senhora deputada Marília Vargas, a mesma disposição.

Quanto à intervenção do senhor presidente da Câmara sobre a energia, não sou um especialista na matéria mas sei que há efetivamente aumentos impressionantes que vão até aos 20, 40 e 60% em alguns estabelecimentos, nomeadamente os restaurantes, os hotéis, etc. Temos aqui um real problema e é pena que não seja mais ventilado.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Espanta-me como continuamos num Estado corporativo, passados cinquenta anos do 25 de abril. Quem decide sobre os transportes na ilha Terceira são as corporações, ou seja, a EVT e os táxis. Vivemos um sistema onde não há transportes, mas sim, competição de transportes.

Ao jeito de uma manifestação de 1975, eu diria: «camioneta para o aeroporto, já!» O assunto é simples de resolver e não há razão nenhuma para se complicar. É o poder político que tem a obrigação de tratar dos transportes públicos. Se há uma camioneta que pode partir daqui para o aeroporto, então que se faça. Não é complicado e basta fazer para benefício de todos, caso contrário, estamos a beneficiar interesses particulares, algo que não deve ser feito pela política.

Fico um pouco esperançado no que diz respeito à EDA porque vi aí alguma ideia de, eventualmente, se retomar a empresa de eletricidade da ilha Terceira; havendo essa possibilidade, é fundamental que aconteça e recordo que recusei fazer parte do estudo de impacto ambiental da geotermia porque a redução dos preços não constava no cenário. Eram os chineses que vinham depois buscar o valor da renda da geotermia na Terceira? Quem cobra o valor do vento?

Estamos muito mais habilitados tecnicamente e a lei do país permite produções autónomas. Na região juntámos tudo e agora sofremos as consequências por termos aceitado fazer parte de uma EDA que não permite a diferenciação de preços de acordo com a capacidade de cada uma das ilhas. Sendo autónomos, conseguimos receber localmente a renda dos recursos naturais; de outra forma, estamos a dá-la aos chineses e a quem financiou tudo isto.

Já não estamos na fase de ficarmos contentinhos e agradecermos a alguém por termos eletricidade em casa. É possível estabelecer concorrência como acontece em toda a Europa, o que nos trará grandes benefícios.

Finalmente e quanto ao IMI, acho que é relativamente fácil calcular a sua redução na zona classificada. Não é difícil fazer um estudo por técnicos e engenheiros sobre o custo associado à obrigatoriedade de as pessoas terem nas suas casas, janelas em madeira que duram vinte ou trinta anos, e o mesmo se aplica às tintas ou à volumetria. Isto acaba por ser mais justo, estimula a que as casas evoluam de forma consentânea com o património e evita a questão pertinente que foi muito bem aqui levantada pelo senhor deputado Carlos Costa Neves. Nestas coisas, uma lei injusta não é sustentável.

Sr. presidente da Câmara – Começando por responder a um comentário feito pelo senhor deputado Carlos Costa Neves, creio já ter passado o tempo do abandono do centro da cidade por falta de atratividade e o que temos nesta altura são preços de rendas verdadeiramente proibitivos para a maior parte das famílias jovens.

Tem vindo a acontecer ao longo da última década uma enorme atratividade do centro histórico de Angra do Heroísmo. A lei permite que o Instituto dos Registos e Notariado envie à Câmara Municipal uma informação prévia de todos os negócios imobiliários para que possamos informar se pretendemos exercer o direito de preferência, por isso vejo os preços que as pessoas declaram nas vendas, alguns até subdeclarados. Talvez por curiosidade da minha parte, conheço os imóveis um a um e os valores são assustadores. Vejo casas a serem vendidas por meio milhão de euros e refiro-me aos valores que as pessoas declaram e são colocados nas escrituras.

Não tenhamos problemas quanto à atratividade para se viver no centro da cidade; seria até bom que reduzisse um bocadinho e que o preço do imobiliário se chegasse para aquilo que as pessoas podem pagar, especialmente os mais jovens, que estão a ser autenticamente cortados no acesso à habitação, particularmente na cidade, o que é muito grave. É preciso ser rico para comprar uma casa aqui e ter um grande ordenado para arrendar. Não tenhamos medo do futuro quanto à atratividade no centro da cidade e creio que o senhor «profeta da desgraça» não será apedrejado.

No que diz respeito aos dois estudos que foram pedidos, a senhora vereadora Fátima Amorim responderá acerca do programa «Estuda+» e ainda não me foi entregue a versão final do Estudo do Transporte Coletivo na Ilha Terceira. O senhor vereador Guido Teles foi ali buscar a versão provisória que veio para aprovação e conto poder entregar a versão final ao longo do próximo mês.

O estudo foi feito em língua inglesa por uma empresa alemã ligada à empresa dos comboios da Alemanha. Como têm uma forma diferente de trabalhar, vão enviando versões do estudo; depois faz-se uma reunião em que se discute a versão ideal e refazem o que estiver menos bom. Não terminámos ainda esse processo interativo, o que não significa que o resultado não seja já conhecido. Estamos neste momento a acertar pormenores relativos a uma questão complexa que tem a ver com o transporte sob pedido, o *transport on demand*, já que não se justifica que as viaturas passem vazias pelas zonas periféricas da cidade durante os períodos de menor procura. Existe uma aplicação e um sistema telefónico que permitem aos passageiros marcarem viagens nas horas vazias e o autocarro de nove lugares só passa naquela rua ou zona se alguém o solicitar.

As carreiras básicas atravessam a cidade de quinze em quinze minutos desde a Silveira até à praça de touros e se alguém do Posto Santo ou da Serra da Ribeirinha quiser transporte nas horas mais vazias, dá o sinal e a carrinha passará lá no horário estabelecido. Não havendo ninguém para transportar, o carro não vai lá. Em vez de duas, passará a haver dez carreiras por dia, mas só funcionam nalgumas horas se houver procura ou se algum passageiro comprar um bilhete para viajar de Angra para aquele lugar. O estudo será distribuído logo que tenhamos a versão final.

Sra. d. m. Marília Vargas – Agradeço os esclarecimentos da senhora deputada Luísa Barcelos relativamente ao plano de investimentos, que não me deixaram nada tranquila, e não me falou da cativação dos 25% da verba para este ano, o que significa que o Governo Regional não tem dinheiro; disso a senhora não quis falar e também não me explicou porque é que os apoios previstos pelo Governo Regional não estão a chegar ao seu destino. Porque é que as despesas das unidades de saúde não estão a ser pagas? Continuo preocupada com os interesses da ilha Terceira.

Agradeço também os esclarecimentos do senhor deputado Carlos Costa Neves sobre o Conselho de Ilha, porque faz dele parte e esteve presente na referida reunião. O Conselho foi um pouco confuso relativamente à anteproposta do orçamento, daí ter demonstrado a minha preocupação. Li a ata e tomei conhecimento das preocupações dos senhores conselheiros que, maioritariamente, me pareceram descontentes com aquela anteproposta. O parecer final do Conselho de Ilha mostra mais pontos negativos do que positivos e foi emitido um parecer positivo. Acho estranho, considero que não ficámos bem defendidos e estou no meu direito.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Como outros presentes nesta sala saberão melhor do que eu, não se põe a questão de o Governo Regional estar sem dinheiro. Durante muitos anos – se calhar até demais – houve investimento público baseado em dívida em cima de dívida. Este Governo tomou uma medida há muito reivindicada e desejada que é estancar com a dívida pública, porque não podemos colocar nas gerações futuras, o peso da geração atual. É esta a grande distância que separa este Governo do anterior.

A cativação poderá eventualmente ser revista mas é certo que este Governo tem uma abordagem diferente e paradigmática reconhecida pela população. Quanto aos esclarecimentos que pretende, convido a senhora deputada, junto com os seus eleitos, a apresentarem um requerimento ao Governo Regional para terem acesso a toda a informação solicitada.

Sr. presidente da Câmara – Este assunto tem mais a ver com uma abrangência regional do que local, mas como tem um grande impacto sobre o funcionamento do município, é bom esclarecer aqui duas coisas: em primeiro lugar, acho bem que o Governo Regional tenha resolvido cair em pé. A verdade é que a região furou já o teto máximo que a lei permite, por isso o Governo não pôde escolher e foi obrigado a agir desta forma. É preciso que as coisas também se digam assim.

Uma segunda questão que me parece importante é que temos tido previstos ao longo do tempo, um conjunto de investimentos que não são executados, algo que também acontece com a Câmara por razões várias, e todos sabemos como as coisas funcionam em termos de investimento público; contudo, aconteceu algo extraordinário e não deveria ter sido assim. Perceberia que se fizesse uma cativação destas a meio ou a dois terços do ano, quando a execução orçamental a isso obriga, mas estamos em fevereiro e esta cativação aconteceu agora.

Fiz parte do Governo e tive que fazer cativações nas secretarias de que fiz parte. Se chegar a outubro e descobrir que a minha previsão de execução excede o que tenho no orçamento, manda o bom senso que se faça uma cativação. Se eu aprovar um orçamento e fizer uma cativação logo a seguir, significa que não sei quanto dinheiro vou ter ou que resolvi fazer um orçamento para ficar bonito e dizer às pessoas que era muito bom. Não faço parte do Governo e não sei o que aconteceu mas, das três, duas: ou foram feitos maus cálculos ou foi a fingir.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Talvez este tempo não devesse contar para o Período de Antes da Ordem do Dia porque vestimos todos o casaco de deputados à Assembleia Legislativa Regional e estamos a usurpar funções que não são nossas.

Em relação aos pareceres que damos, acho que estamos entendidos e pensamos todos o mesmo. Quanto às interpretações políticas das execuções orçamentais e das cativações que acontecem em relação a cada ilha, não é realmente um assunto da nossa competência, embora possamos passar a palavra a quem de direito, alguns presentes no Conselho de Ilha e outros nesta reunião, embora no exercício de outras funções, portanto deixemos isso para lá.

Já que nos permitimos exteriorizar uma opinião, mais importante do que não enganar os outros é não nos enganarmos a nós próprios. Isto para dizer que, um governo que está em funções há dois anos não tem a responsabilidade da situação financeira que herdou. Terá responsabilidades daqui a seis ou oito anos mas não foi certamente no seu segundo ou terceiro orçamento que a situação se inverteu completamente. Não foi este Governo Regional que enterrou a SATA, deixou dívidas por todos os lados, nem desequilibrou a relação inter-ilhas nos Açores.

Se, neste momento, tanto nos queixamos que a ilha Terceira não é tratada como merece nem vê a sua centralidade respeitada, pela minha experiência posso garantir que isso não aconteceu até 1996, aconteceu daí até ao ano 2020. Foi aí que se desequilibrou a relação, a Terceira passou para terceiro ou quarto plano e a capital passou a ser Ponta Delgada. Foi aí que a Universidade dos Açores e o hospital de Ponta Delgada passaram a ser o que são. Foi aí que a EDA deixou de ter a representatividade que tinha. Foi durante esse período que o desequilíbrio se deu mas essa é uma questão para a Assembleia Legislativa Regional e para outros meios onde podemos intervir. Ao trazermos estes assuntos para aqui, decerto cada um fará a sua interpretação. Como já disse, não vos quero enganar mas, sobretudo, não me quero enganar a mim próprio.

Sr. presidente da Câmara – Temos já entre nós os senhores vereadores que tinham ido fazer as suas procuras. A versão preliminar do estudo sobre o transporte foi entregue à Mesa da Assembleia e será devidamente distribuída. Quanto ao programa «Estuda+», o assunto é um bocadinho mais complexo e as regras da proteção da privacidade não permitem a disponibilização do documento porque constam lá os nomes e os rendimentos de pessoas. Contudo, os senhores membros da Assembleia poderão consultá-lo e estão tão obrigados quanto nós a manter o sigilo com vista à proteção desses dados. Não vamos distribuir mas

vamos mostrar e peço ao senhor presidente da Mesa que conceda a palavra à senhora vereadora Fátima Amorim para fazer uma exposição oral da situação.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e restantes vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Vamos continuar a apoiar os jovens que pretendem frequentar o ensino superior. Estamos neste momento a imprimir a tabela do programa «Estuda+» onde estão elencados todos os alunos que foram apoiados pela Câmara Municipal. Ao consultarem a referida lista, constatarão que aumentámos significativamente o número de alunos que estamos a apoiar este ano com valores bastante significativos de cerca de 500 mil euros. Por uma questão de proteção de dados, estamos obrigados ao sigilo, por isso devemos ter todo o cuidado na transmissão desses elementos para o exterior. Teremos a lista ao nosso dispor dentro de momentos.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura integral dos pontos da Ordem de Trabalhos.

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL:

1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 de dezembro de 2022 a 31 de janeiro de 2023, bem como a informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Decorreram cerca de dois meses desde a última reunião desta Assembleia e tivemos pelo meio o período do Natal em que a atividade municipal foi muito reduzida. Como não aconteceu grande coisa durante este período, não tenho grandes novidades para vos dar.

O andamento das obras tem-se mantido dentro da normalidade, e talvez a que ficou um pouco mais visível durante este período, foi a que está a decorrer por detrás desta parede em que já aparece a vista do exterior.

A obra da Ladeira de são Francisco tem corrido mal e está a avançar um pouco mais lenta do que seria expectável, mantendo-se na mesma situação em relação ao que foi anunciado na sessão anterior desta Assembleia, mas vamos tentando levar as coisas a bom porto o melhor possível.

Tem havido um conjunto de problemas que nada têm a ver com o empreiteiro mas sim com questões de infraestruturas. Houve um pequeno acidente com a quebra de um cabo de média tensão na Praça Velha que causou grandes distúrbios, além dos riscos para quem ali estava a trabalhar. Isto acontece porque temos infraestruturas antigas na cidade que estão mal mapeadas.

O que está a fazer com que a obra avance lentamente é precisamente a necessidade de grande prudência na abertura de valas. No lado da rua junto ao muro do jardim que agora está a ser intervencionado, passam dezenas de infraestruturas incluindo cabos elétricos, por isso a obra tem que avançar devagarinho. Tudo isto vai ser substituído pelas galerias técnicas que têm vindo a ser feitas com a colocação de dezasseis condutas, mas esta fase da obra será demorada.

É típico que estas situações aconteçam na nossa cidade por não termos um mapeamento das infraestruturas mais antigas, tão preciso quanto gostaríamos. De vez em quando são intercetados cabos que não se encontram devidamente localizados, como o que aconteceu com um cabo de média tensão ali na esquina da Praça Velha que causou um incidente com alguma gravidade.

Quanto às outras obras que estão em curso, como referi há pouco, o terminal rodoviário está praticamente parado. O chamado Parque Canino é um lugar onde os humanos podem também exercer atividade física e tem acoplada uma zona onde se pode levar os cães, algo que é proibido no Relvão. A proibição da presença de animais de estimação no Relvão acontece porque aquele espaço se destina essencialmente a crianças e ninguém pode garantir que os cães não façam qualquer coisa na relva com as crianças lá. Foram estas as razões que levaram a esta segregação, por isso foi criado um espaço do outro lado onde as pessoas podem passear acompanhadas pelos seus animais de estimação. Essa obra está quase pronta, faltando apenas os ajardinamentos.

A obra no Monte Brasil está concluída, faltando apenas a colocação de algumas plantas para lhe dar um ar mais arrumado. Está também a arrancar a obra dentro do Castelo com a recuperação da Igreja de São João Batista que vai demorar alguns anos devido a um trabalho muito meticuloso de substituição de pedras erodidas que está a ser feito por uma empresa da especialidade na área do restauro.

A recuperação de monumentos funerários de pessoas famosas no cemitério do Livramento está praticamente concluída. Foi feito o anúncio com vista à resolução de algumas questões de propriedade e as obras estão praticamente concluídas do ponto de vista administrativo e da intervenção escultórica.

Encontram-se também em bom andamento as outras duas grandes intervenções que estão em curso, a obra de Santo António dos Capuchos e da Igreja das Concecionistas, que já se aproxima do fim. Como devem ter reparado, a igreja está pintada com o exterior arranjado e estão a ser feitos trabalhos no interior da responsabilidade do município, ficando a faltar a parte do Governo Regional que não está inscrita em lado nenhum. Aquela igreja tem azulejaria e talha que, felizmente, foi guardada após o sismo de 1980 e agora precisa de ser reposta nos seus devidos lugares, um lento e imenso trabalho de restauro que precisa de ser iniciado, para o qual não foram ainda desenvolvidos os mecanismos necessários.

Depois de um arranque lento com muitas dificuldades que se deveram a questões relacionadas com a Direção Regional da Cultura, felizmente já ultrapassadas, a obra da Igreja de Santo António dos Capuchos está a decorrer a bom ritmo. Antes do fim do verão teremos ali uma situação semelhante à da Igreja das Concecionistas com o seu exterior devidamente

arranjado, ficando a faltar a fase do restauro dos interiores. Aquela igreja é extraordinariamente rica do ponto de vista decorativo, por isso há ali um imenso trabalho de restauro do seu interior.

Num lado e no outro existem claustros belíssimos. A igreja de Santo António dos Capuchos possui uma sacristia com elementos escultóricos de grande importância que não estão incluídos nesta obra. Mediante o acordo inicial, seria o Governo Regional a fazer esse investimento mas os trabalhos estão pendentes. Sei que o senhor provedor da Santa Casa da Misericórdia chegou a um entendimento com o Governo Regional no sentido de se iniciar a obra do claustro da igreja das Concecionistas e esperamos que venha a acontecer o mesmo em relação à igreja de Santo António dos Capuchos.

Estão concluídas as obras de intervenção hidráulica no que diz respeito ao melhoramento do escoamento em ribeiras. Estamos neste momento a trabalhar na Ribeira do Pamplona na fronteira entre os Altares e os Biscoitos para resolvermos um problema de duas pontes onde se atravessava a vau, ou seja, um dos poucos sítios em que a rua passava por dentro da ribeira na divisão entre os dois concelhos. Metade da ponte pertence a Angra e a outra à Praia da Vitória e talvez por essa razão nunca chegou a existir ali, por isso resolvemos assumir a obra.

Está também em curso a obra da rede de distribuição de água e repavimentação da Canada do Rolo na Terra Chã e a intervenção no troço entre as Bicas de Cabo Verde e a Boa Hora tem já o visto dado com tudo pronto para arrancar. Mais uma vez a obra ainda não arrancou por questões que têm a ver com uma galeria técnica. A EDA pediu para fazer passar de forma subterrânea uma linha de média tensão por essa rua, o que traz grandes vantagens do ponto de vista da segurança do abastecimento de energia por se tratar de uma zona com muitas árvores, que por vezes tocam na linha, causando disparos e provocando anomalias na distribuição de energia.

Foi inaugurada a obra de proteção do litoral de São Mateus e o saldo que ainda restava do acordo ARAAL referente à outra obra, também cofinanciada pelo Governo Regional ainda no âmbito do furacão Lorenzo, vai ser aplicado na proteção da zona do Bravio porque vão ali aparecendo alguns de buracos de vez em quando. Há uma situação de risco devido a uma infraescavação daquela zona e chegou-se a um entendimento entre a Câmara Municipal e o Governo Regional no sentido de fazermos aquela intervenção.

Estão a decorrer os procedimentos concursais para que possamos fazer a adjudicação daquela proteção costeira com um caráter de urgência. A obra será em tudo semelhante à que decorreu no Biscoitinho com a colocação de um cordão dissipador de energia à frente do muro para preencher as locas que lá estão neste momento.

Quanto ao funcionamento da Câmara neste período, nada de notável aconteceu. O pessoal é o mesmo porque ninguém entrou nem saiu e a única diferença reside na reorganização do próprio município de que falei há pouco. Devido ao grande investimento que vai ser feito no âmbito do 1.º Direito, sentimos a necessidade de dedicar uma das chefias exclusivamente a esse assunto, o que implicou retirar-lhe as competências que tinha em matéria de cultura e passá-las para outra divisão. Para evitarmos a constituição de uma mega

divisão, tivemos que retirar daí as competências em matéria ambiental para o setor dos resíduos, obrigando a alterações em três divisões em que uma perdeu um bloco de competências.

Houve uma redistribuição com vista à criação de divisões equilibradas. Tudo o que diz respeito à área social passou para a senhora vereadora e as áreas da cultura e do desporto ficaram a cargo do senhor vice-presidente. Esta reorganização interna visa essencialmente permitir uma melhor execução do grande investimento na área da habitação social.

Vamos debater as questões financeiras no ponto seguinte da nossa Ordem de Trabalhos mas posso adiantar-vos que a situação financeira do município está em perfeito equilíbrio e terminámos o ano passado com quase cinco milhões de euros, o que foi muito bom. Há uma questão financeira que ainda não está resolvida relacionada com o recebimento do dinheiro dos fundos comunitários a que temos direito referentes ao Centro Interpretativo. Estava à espera que tal acontecesse para podermos juntar esse dinheiro ao que vamos inscrever agora, mas não foi possível e espero que na próxima sessão desta Assembleia, tenhamos a oportunidade de acrescentar esses valores ao orçamento.

Este ano ficaremos com um orçamento na casa dos 45 milhões de euros, dos quais 10 milhões pertencem do 1.º Direito, o que significa que a Câmara terá liberdade para gerir um valor que andará na casa dos 35 milhões de euros. Será esse o nosso orçamento final, tendo em conta que a execução fiscal dos impostos está a seguir o padrão previsto sem receita a mais nem a menos, o que significa que teremos um bom ano financeiro.

No que diz respeito às atividades desportivas e culturais, creio que o Natal foi um sucesso e as coisas correram manifestamente bem. Esta relação que foi possível criar com a Câmara do Comércio tem dado bons frutos, beneficiando muito o comércio em Angra. Apesar do mau tempo ter levado ao cancelamento de muitos dos eventos que estavam previstos, mesmo assim as pessoas saíram de casa e foram às compras. Foram conseguidos os objetivos do ponto de vista da vitalidade comercial da cidade, que era o que nos interessava com aquela programação.

Do ponto de vista cultural, fez-se uma programação relativamente forte para o período que se aproxima, usando isto em parte para dar já aqui um início às questões que serão debatidas a seguir referentes aos quarenta anos da classificação da cidade de Angra como património mundial.

Posso dizer-vos que as coisas estão a decorrer com normalidade no que diz respeito ao balanço final da Câmara sem qualquer particular dificuldade a reportar neste momento.

Sr. d. m. César Medeiros – Aproveito para cumprimentar o senhor presidente e as senhoras membros da Mesa, o senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores, os caros colegas deputados municipais. Desejo a todos um bom ano com um trabalho profícuo em torno daquilo que nos une que são os interesses dos nossos munícipes.

Gostaria de apresentar aqui três pontos em que o primeiro tem a ver com um pedido ao senhor presidente da Câmara para que nos faça uma atualização da situação do mercado Duque de Bragança, tendo em conta que houve alguns recuos que, por vezes, são até

avanços. Embora tarde, acreditamos que a obra vá avançar e contamos com toda a sua energia para isso. Tratando-se de uma estrutura polivalente, a obra do mercado Duque de Bragança envolve também a construção de um parque de estacionamento mas existem outras intervenções a acontecer fora do centro da cidade como, por exemplo, a ligação entre o Caminho Novo e o Fanal, sobre a qual lhe peço também alguns esclarecimentos. Pelo que consegui apurar, trata-se de uma área considerável superior a 3 000 m².

Apesar de algum atraso, está também a ser executado o projeto «Angra Bike Sharing», uma medida que está alinhada com as melhores práticas do que se faz em termos de mobilidade nos centros urbanos da Europa, algo com que todos nos devemos regozijar. Isto importa aos cidadãos e demonstra que Angra é também capaz de implementar boas medidas. Existem 81 postos de carregamento divididos por nove posições, o que é muito bom; contudo, penso que deve haver algum bom senso na escolha dos locais no sentido de se evitar o congestionamento. Dou como exemplo a situação do Fanal, que não me parece ter sido feliz na medida em que limita a circulação pedonal. Aquele posto de carregamento poderia ter sido colocado num outro espaço mais amplo para melhor servir os que por ali circulam e também aqueles que pretendem carregar as suas bicicletas.

Esta Assembleia aprovou a transmissão via telemática das suas sessões por parte da VITEC para os nossos munícipes e todos os que quiserem assistir, abrindo assim a Câmara à comunidade. Concordando com os termos em que essa transmissão foi aprovada a título transitório, vindo a ser avaliada com o tempo, pergunto se a mesma está efetivamente a ser feita e quais as razões da indisponibilidade das gravações. Quem quiser revisitar algumas horas depois o que aqui se passou, não o consegue fazer de forma alguma, o que não parece coadunar-se com todas as soluções técnicas que hoje temos à disposição. Deixo aqui esta observação, aguardando as explicações que entenderem pertinentes.

Sr. presidente da Mesa – O assunto da transmissão e manutenção do arquivo das sessões da Assembleia Municipal foi já aqui trazido, avaliado e estudado no sentido de se encontrar a melhor solução para dar cumprimento ao que foi deliberado por esta Assembleia. A proposta que considerámos mais satisfatória foi a da VITEC que está a manter a sua regularidade. O assunto foi também debatido na reunião de líderes e posso anunciar que a Mesa da Assembleia, juntamente com a Câmara Municipal, está a tentar negociar com a VITEC ou outros eventuais interessados que disponham de meios de comunicação e informação para que passe a ser possível a disponibilização de um arquivo audiovisual das reuniões da Assembleia Municipal. Estas coisas apresentam as suas *nuances*, dificuldades e encargos, por isso tentaremos encontrar a melhor solução de encontro às aspirações desta Assembleia, sobretudo a garantia da manutenção do histórico dos trabalhos que aqui decorrerem, procurando também o equilíbrio do ponto de vista financeiro. Logo que nos seja possível, informaremos a Assembleia acerca da solução encontrada para garantir aquilo que o senhor deputado acabou de referir.

Sr. presidente da Câmara – Tenho boas notícias acerca do mercado municipal. Esteve cá a empresa que tem esse trabalho a seu cargo e chegou-se a um entendimento sobre as

questões que estavam em falta. Estão a ser finalizados alguns pequenos acertos técnicos em relação ao Caderno de Encargos e se ninguém se atrasar, a nossa expectativa é que o concurso saia nas próximas três semanas, o mais tardar em abril.

Lembra-me aqui o senhor vice-presidente que talvez seja necessária uma reunião extraordinária desta Assembleia porque o preço cresceu que nem um cogumelo e aquilo que se estimava custar 7,5, anda já na casa dos 12 milhões de euros. Isto quer dizer que teremos eventualmente que contrair um empréstimo, uma decisão que é da competência desta Assembleia.

Estamos a estudar a questão jurídica por haver aqui duas interpretações. Existe a possibilidade de avançarmos com o concurso caso precisemos do devido cabimento apenas na fase do contrato. A necessidade do cabimento antes do concurso implicará a realização de uma sessão extraordinária desta Assembleia. Esta matéria está em estudo e faz parte das respostas que ainda aguardamos da parte dos advogados que estão a tratar do assunto.

Tenho também boas notícias no que diz respeito ao estacionamento tarifado em que foi já ultrapassada a fase mais contenciosa da exclusão de candidatos que levou a algum atraso. A parte preliminar do concurso terminou com sucesso, tendo sido admitidos apenas dois candidatos. O júri está a fazer a análise final das propostas no sentido de as ordenar e esperamos que o desfecho aconteça ao longo do próximo mês.

Temos mais de setenta obras ativas, por isso há pouco esqueci de referir a intervenção no Caminho Novo que se destina à criação de um espaço para a colocação dos carroceis, os circos e outras atividades que de vez em quando aparecem por aí e eram montadas no Fanal do outro lado da rua onde agora está o jardim. No ano passado por altura das Sanjoaninas, foi uma charada para se encontrar um lugar, não foi possível acomodar tudo e houve quem não tivesse vindo, exatamente por falta de espaço.

A Câmara adquiriu aquele terreno que está a ser aplainado, onde vão ser plantadas árvores em volta e construídas algumas paredes para o vedar dos quintais dos vizinhos. Quando algum circo quiser passar por cá, poderá montar ali a sua tenda. Serão também lá instalados os carroceis e os carrinhos de choque durante as Sanjoaninas e passamos a ter um grande relvado urbano em Angra onde se pode jogar à bola e desenvolver outras atividades. Serão também colocados uns banquinhos onde as pessoas se poderão sentar para contemplarem o pôr-do-sol nas alturas em que não houver ali qualquer atividade.

Aquele espaço vai ter dois acessos, um que está já aberto do lado do parque de estacionamento do Fanal por detrás do forno da cal e outro ao lado do cemitério dos judeus. A Câmara comprou também aquela casinha em ruínas que está a ser demolida para a criação de uma abertura pedonal que permitirá um acesso curto e direto também durante as Sanjoaninas entre o local dos carrinhos de choque e o outro centro da festa que é o Bailão. Com isto vamos melhorar bastante a qualidade urbana daquela zona da cidade e resolver também um problema de traseiras com barracas e barraquinhas que havia naqueles terrenos que ficarão limpos. A Câmara está em negociação com o proprietário do terreno ao lado no sentido de o adquirir mas ainda não foi possível chegar a um acordo.

Quando as obras não estão completas, as coisas parecem um pouco estranhas e não há qualquer impedimento quanto ao lugar onde ficaram as bicicletas. Há espaço suficiente para se continuar a passar e cumpre-se também a acessibilidade a cadeiras de rodas. Optou-se por aquele espaço porque está prevista a colocação de um quiosque do outro lado que funcionará durante o verão, onde se possam vender uns gelados e outras coisas a quem ali for tomar banho. Aquilo faz parte de uma estrutura urbana que ainda não se nota porque está incompleta. O senhor vice-presidente está a tratar da aquisição de uma estrutura metálica típica destas zonas. Quando a mesma for colocada do outro lado, a obra já fará sentido.

Já que estou a falar em obras, houve mais de vinte mil pessoas que me perguntaram porque é que a passadeira da Praça Velha está a ser construída naquela posição tão exótica; mais uma vez, as coisas farão mais algum sentido quando a obra estiver pronta.

A divisão em duas faixas de rodagem da descida da Ladeira de São Francisco estava a acontecer aqui diante do hotel, o que causava um problema de legalidade na paragem de viaturas que largam ou recolhem clientes. Essa ramificação em duas faixas está a ser refeita mais adiante para que a passadeira fique situada numa faixa única. Melhora-se assim uma situação de trânsito que vai permitir resolver também um outro problema mais grave já que, quem circulava por aquele passeio, ao deparar-se com os degraus da ermida, tinha forçosamente que se desviar para a faixa de rodagem, levando a alguns riscos desnecessários. A passadeira vai encaixar exatamente na base da escada da ermida, deixa de haver desnível por se tratar de uma passadeira elevada e equilibram-se um bocadinho as coisas na praça porque há sempre alguém a correr para atravessar a rua no outro canto onde não há passadeira.

Esta passadeira não servia praticamente para nada no local onde se encontrava porque as pessoas atravessavam sempre algures naquele lado e agora fica a meio caminho. Vai ser retirado um dos bancos da praça para permitir uma ligação franca entre a praça e o outro lado onde o passeio sofrerá um alargamento de cinquenta centímetros para que as pessoas possam circular mais à vontade com os *trolleys* das malas, os carrinhos de bebé ou outros objetos, sem chocarem com a escadaria da ermida. É esta a explicação para a posição exótica daquela passadeira.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Por ter que me ausentar devido a uma reunião *online* que terei ao meio-dia, exatamente para tratar de um congresso grande que será realizado em 2024, gostaria de obter alguma informação sobre o que foi aqui aprovado acerca das obras no Centro Cultural para permitir a realização de oito sessões paralelas em vez de quatro.

Recebemos a informação de que a Câmara Municipal vai apoiar financeiramente a construção da residência universitária, já que a universidade não tem fundo de maneio para adiantar a verba. Pergunto se esta informação está correta, qual o valor desse apoio, e se a Câmara receberá o financiamento de volta quando a universidade for ressarcida pelo PRR.

Ao longo dos seus cinquenta anos, não creio que a Universidade dos Açores, designadamente na última década, tenha cooperado com Angra do Heroísmo para o benefício da cidade, antes pelo contrário. Encerrou-se sem qualquer razão, o curso de gestão de

empresas, impedindo muitos alunos da Terceira de tirarem um curso com procura e grande empregabilidade, nomeadamente os que não têm a possibilidade de estudarem fora. Chumbou-se a proposta do curso de mestrado em Desenvolvimento Regional, quando a sede da Associação Nacional e Internacional de Ciência Regional é aqui na ilha Terceira. Foram também chumbadas muitas outras ideias, como a licenciatura em Filosofia de Direito e Economia que o Nuno Martins tinha proposto e o curso de pós graduação em Engenharia e Gestão Agroindustrial, para não falar de um curso de Educação Física em cujos debates participou o professor Álamo de Meneses.

Devido aos custos de insularidade, o Governo Regional e o Governo da República atribuem fundos à universidade mas os polos não recebem nada e estas verbas poderiam suportar iniciativas que os tornariam mais sustentáveis, eventualmente até mais do que o polo de Ponta Delgada.

Em suma, a Câmara Municipal deve cooperar com o polo de Angra do Heroísmo da Universidade dos Açores em projetos conjuntos no suporte à investigação, desde que não esteja a financiar ações sem contrapartidas claras, benéficas e sustentáveis para o concelho. Sem exagero da expressão, o que o Governo Regional e a Câmara Municipal de Angra estão a fazer é a dar o ouro ao bandido, já que esse dinheiro ficará lá fora.

É fundamental que as câmaras tenham a capacidade de negociar pontualmente estes apoios em termos de longo prazo com o campus de Angra da Universidade dos Açores, daí resultando uma cooperação séria que toda a gente entenda e conhecendo as contrapartidas. Mantendo-se as coisas como estão evocando a tripolaridade, no fundo está-se a agravar a pobreza e a dar dinheiro aos ricos, por isso a Câmara deve ser mais criteriosa nesta questão.

Gostaríamos de ser informados a respeito da residencial universitária e das contrapartidas que a Câmara recebe em termos financeiros e outras. Dá a impressão que estes apoios não estão a ser concedidos como dever ser, uma vez que a universidade tem o desafio de ser tripolar mas não o está a conseguir.

Sr. presidente da Câmara – Esta questão apresentada pelo senhor deputado Tomás Dentinho tem uma relevância extraordinária. Na verdade, temos na ilha Terceira, dois estabelecimentos de ensino superior: o Seminário, que é o mais antigo, e a Universidade dos Açores. Ambos apresentam claros sinais de problemas quanto ao número de alunos que colocam em causa a sua sustentabilidade futura, um assunto que terá necessariamente que passar pela agenda do nosso Conselho de Ilha um dia destes e quanto mais cedo, melhor.

Do ponto de vista da Câmara, temos vindo a apoiar o campus de Angra da Universidade dos Açores dentro do que nos é possível em termos de limpeza, manutenção e iluminação e construímos lá uma estrutura desportiva. Temos feito o que podemos no sentido de criar condições para que o campus funcione, mas se não fosse a escola de enfermagem, aquilo estaria semideserto e temos ali problemas que é preciso resolver.

O programa de apoio ao ensino superior «Estuda+» é o melhor programa ao nível do país, cuja despesa nesta altura anda já na casa dos 750 mil euros ao ano em bolsas, enquanto o concelho vizinho da Praia da Vitória tem apenas um candidato a apoiar. Criámos também

um novo programa de apoio às famílias em termos de alojamento que está a crescer rapidamente e vai atingir também valores desta natureza porque a crise habitacional é avassaladora.

Estamos a falar de pessoas da classe média que de repente deixaram de poder pagar rendas. Segundo a informação que me está a ser prestada pela senhora vereadora Fátima Amorim, temos já 73 pessoas apoiadas e estamos ainda em fevereiro, o que significa que atingiremos rapidamente as centenas de milhares de euros em apoios. Estas verbas têm que ser repartidas e é daqui que sairá o dinheiro para a eventual residência universitária. Digo «eventual» porque estamos disponíveis para apoiar no que diz respeito à componente nacional que a universidade teria que pagar com fundos próprios. Como é óbvio, não vamos pagar para depois a universidade receber do PRR; se formos nós a apoiar, receberemos o dinheiro do PRR e pagaremos a componente nacional que se estima na casa dos 15 a 20%, dependendo das elegibilidades. Será essa a parte correspondente à despesa da Câmara mas com algumas condições.

Ainda me lembro da história da RTP em que aqui em Angra tínhamos que ser nós a pagar as instalações e em Ponta Delgada havia dinheiro para o investimento. O que foi dito à universidade é que pagaremos na estrita medida em que seja necessário mas não poderá haver um tratamento preferencial em relação a qualquer outro campus. Se houver investimento em Ponta Delgada por parte da universidade ou do Governo Regional, nós aqui não entraremos; apenas apoiaremos se houver uma estrita equivalência em Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e na Horta. Se Ponta Delgada decidir não investir e não houver residência, investiremos nós, mas não o faremos se o Governo Regional ou a própria universidade assumirem em Ponta Delgada.

A despesa não causará grande mossa nem engulhos financeiros à Câmara mas terá que ser cumprida esta regra, caso contrário, estaríamos a assumir a carga dos outros. É esta a nossa intenção mas terão que ser cumpridas estas regras. Ainda não recebi a informação do que vai acontecer nas outras cidades e quando tal acontecer, comunicaremos à Assembleia. Enquanto não houver um conhecimento cabal do que vai acontecer em Ponta Delgada e na Horta, não avançaremos com os apoios.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Segundo o que tem sido notícia, a Câmara Municipal de Ponta Delgada avançou com um milhão de euros para apoiar a universidade na construção da residência universitária naquela cidade e concordamos que a verba investida por esta Câmara fique em Angra.

Gostaríamos de saber quando se prevê que o *lettering* luminoso «I LOVE ANGRA» que está ali à frente da Igreja do colégio, seja colocado no seu local de destino final que, segundo sei, será junto ao miradouro do Canta Galo.

Sr. presidente da Câmara – Por me ter esquecido há pouco, começo por responder à questão das bicicletas, que estão praticamente prontas, e uma encontra-se ali em baixo no *hall* de entrada da Câmara para amostra. Está a ser preparada a aplicação respetiva com a forma de pagamento e as bicicletas serão colocadas à disposição do público dentro de cerca

de quinze dias. Tenho algumas dúvidas sobre o que vai acontecer em relação a este projeto mas vamos seguir a moda e ver o que dá.

O letreiro «I LOVE Angra» terá que ser retirado rapidamente dali porque há uma procissão que sairá daquela igreja durante a quaresma e não dá para passar com os andores por cima das letras. O que acontece com o miradouro é que, à semelhança de tudo o que são intervenções aqui, as coisas demoraram uma eternidade porque andámos a discutir as cores dos pilares e outras coisas «muito importantes». Resolvida a questão da cor, vai ser lançado o concurso para aquela miniobra que consiste numa plataforma metálica que ficará situada nuns terrenos que a Câmara comprou. Aquele muro existente em frente à Rua do Faleiro vai desaparecer, ficando uma plataforma em cima de uns pilaretes metálicos onde será colocado o letreiro, havendo espaço para um miradouro para que as pessoas possam ver a baía. Ultrapassadas as questões burocráticas, a obra é uma estrutura metálica que teoricamente se faz muito depressa.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Embora se trate de uma obra pequena e de uma estrutura metálica, a verdade é que o *lettering* está no adro da Igreja do Colégio há quase um ano, por isso me parece que a Câmara ou a Direção Regional da Cultura terão eventualmente que se aprimorar em termos burocráticos.

Falou-se aqui das bolsas do programa «Estuda+», que temos em cima da mesa, mas gostaria de solicitar algumas informações ou o relatório relativo ao Estudo Acompanhado.

Sr. presidente da Câmara – Houve aqui um cruzamento de estudos mas essa falha será devidamente corrigida.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Desde a última sessão da Assembleia Municipal, houve uma evolução relativamente ao Estudo Acompanhado e neste momento temos já o processo concluído com seis salas a funcionar, envolvendo quarenta e um alunos. Recebemos mais uma candidatura do Centro Comunitário da Terra Chã que não foi aprovada de acordo com o nosso compromisso na altura da aprovação do regulamento nesta Assembleia, em virtude de o Governo Regional ter já um ponto de estudo naquela freguesia através do PRR.

Temos uma sala de Estudo Acompanhado em Santa Luzia, uma na Conceição a funcionar na EBI de Angra, uma em Santa Bárbara, duas no Porto Judeu e uma em São Sebastião. Se mais candidaturas tivéssemos recebido, mais teriam sido aprovadas. Tratando-se de uma nova medida, temos um número já bastante significativo de alunos.

O Estudo Acompanhado engloba também as aulas de reforço escolar para o ensino secundário em que recebemos três candidaturas que foram aprovadas relativamente a alunos do 10.º e 12.º anos e também do ensino profissional.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Gostaria de explicar melhor três ou quatro situações já aqui abordadas. Acontece que são muitos estudos e acabamos por nos baralhar na sua designação. Quando falei no «Estuda+» na minha intervenção desta manhã, queria referir-me ao Estudo Acompanhado, sobre o qual foi anteriormente pedida uma informação que não obtivemos.

Em segundo lugar e tratando-se de uma questão de somenos importância, o senhor presidente da Câmara já justificou mas, quando vinha para aqui esta manhã, vi que estavam a ser montados os suportes das bicicletas ali junto à parede do jardim e ainda bem que ninguém se lembrou de os colocar no meio da rua com carros a passarem de um lado e do outro.

Esta minha intervenção é o mais colaborante possível mas, tenham santa paciência porque não me parece razoável a colocação dos suportes das bicicletas num passeio pedonal que está bem feito e devidamente enquadrado com um pavimento agradável, havendo um parque de estacionamento ao lado e a nova terraplanagem no Fanal que vai permitir um novo espaço verde.

Aquele não é o melhor sítio para se colocar um edifício em alumínio, que talvez não cumpra as regras da cidade património mundial que têm apresentado algum laxismo ao longo do tempo, e poderia ser posto no dito relvado que vai surgir para ser montado o circo. Admitindo mais uma vez que não é o mais importante, salvo o devido respeito, não acho razoável o encaixe daquela coisa ali no meio do passeio, mas deixo o assunto à vossa consideração. Esta é apenas uma preocupação de um cidadão representante de cidadãos.

A terceira questão que gostaria de abordar vai a título de desabafo. Os gostos não se discutem mas aquele letreiro «I LOVE ANGRA» não reúne o mínimo de unanimidade no sítio onde está e ainda bem que vai embora para outro lado durante a quaresma. Vou continuar a não gostar muito daquilo, mesmo colocado noutro lado, apesar de haver dentro do meu grupo parlamentar municipal, quem lhe ache piada; uns dizem que as letras deveriam ser brancas, outros acham que estão bem a cores, mas acho que aquela coisa luminosa não é permitida seja onde for.

Lembro que há tempos tudo era regra e esta é mais uma daquelas grandes contradições. Não era permitida às lojas, a colocação de reclamos luminosos, as farmácias tiveram uma grande luta para poderem colocar o símbolo de farmácia e a Câmara põe um reclamo luminoso justamente no coração do centro histórico da cidade. Agora já se vê umas coisas em alumínio ao pé do Seminário a anunciarem «*hostels*» e a própria Câmara tem reclamos luminosos; acho que as lojas continuam a não poder tê-los e não seria nada mau se houvesse alguma coerência nisto.

Como último ponto e a respeito da tripolaridade da Universidade dos Açores, subscrevo o raciocínio há pouco apresentado pelo senhor presidente da Câmara. A Câmara Municipal de Ponta Delgada vai financiar com um milhão de euros mas penso que está previsto que essas residências de estudantes sejam financiadas pelo PRR e perdem esse apoio se tiverem outro qualquer tipo de financiamento, a não ser que a Câmara esteja disposta a fazer um adiantamento reembolsável por indisponibilidade de tesouraria por parte da universidade.

É preciso ver bem como as coisas se fazem porque esta corrida ao financiamento das câmaras para residências universitárias, mais uma área de concorrência ou até de desresponsabilização do Governo Regional e da universidade, não me soa bem em Ponta Delgada, em Angra do Heroísmo ou na Horta.

Sr. presidente da Câmara – A Câmara de Angra não tem qualquer intenção em assumir despesas que seriam pagas pelo PRR, o que seria uma loucura absoluta porque é o próprio país que perde. Estou numa fase em que preciso de mais informação porque o assunto é ainda insipiente, mas a gestão da obra não nos levanta qualquer problema porque estamos a falar dessa componente não elegível da universidade que poderíamos assumir. Quanto ao adiantamento, não temos nenhuma dificuldade em fazê-lo porque pagamos e recebemos como se tratasse de um contrato ARAAL. Contudo, há despesas que eventualmente não serão elegíveis e, em caso algum, nos substituiremos ao PRR.

A informação sobre a atividade municipal foi considerada apreciada pela Assembleia Municipal. (1/2023/AMAH).

1.2 – Primeira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para 2023, onde foram inscritos os valores do saldo da gerência anterior no montante de 3 435 935,36 €. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Esta é basicamente uma operação matemática com a transição e inscrição de 3,4 milhões de euros para este ano que estão afetos a projetos de anos transatos e não foram totalmente executados. É um dinheiro que está na posse do município, vem reforçar o orçamento deste ano e é colocado exatamente nas rubricas a que se destinava e destina. Este valor foi confirmado pelo nosso auditor externo de acordo com o que a lei obriga e haverá uma discussão mais profunda sobre esta questão na próxima sessão da Assembleia Municipal quando a conta for colocada à votação para aprovação.

A verba correspondente a projetos em curso é assim reinscrita neste ano numa mera manobra contabilística transitória que tem que ser feita no sentido de se disponibilizar este dinheiro de imediato, caso contrário, ficaria congelado até à aprovação da conta que apenas acontecerá no mês de abril. Evitamos assim um hiato de tempo que teria grande impacto na execução das obras, às quais este dinheiro está afeto.

Temos um saldo positivo a transitar de ano, apesar de termos tido uma excelente execução de 91% nos projetos, havendo aqui muita execução que vem do ano anterior. Devido às questões da Covid-19 e outras, investiu-se bastante menos em 2021. Algumas das execuções que estavam previstas para esse ano, aconteceram em 2022, o que justifica esta execução de 91%, restando ainda este valor. O que temos perante esta Assembleia é a simples soma de um dinheiro que não foi gasto.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Agradeço ao senhor presidente da Câmara a introdução referente a este ponto. Uma marca da gestão do atual presidente da Câmara é a preocupação de umas contas equilibradas mas haverá razões para dizer que, em alguns casos, «nem tanto ao mar, nem tanto à terra». Isto significa que, dinheiro parado não é sinal de bons negócios, como todos os empresários reconhecem. Embora indique uma boa execução da Câmara, um saldo com este valor a transitar do ano anterior significa dinheiro parado.

Quando digo «nem tanto ao mar, nem tanto à terra», abordaremos o assunto quando falarmos daqui a pouco sobre os júris dos concursos porque temos a noção de que seria provavelmente necessário um certo reforço ao nível de pessoal operacional e dos quadros técnicos da Câmara.

O senhor presidente da Câmara terá decerto uma ideia da forma como vai utilizar este saldo de cerca de 3,5 milhões de euros. É bom saber que o saldo existe mas importa também saber se o dinheiro vai continuar parado, se ficará a render juros no banco ou se compraram títulos do tesouro. Entrando no orçamento, este dinheiro vai para onde?

Sr. presidente da Câmara – A questão do «nem tanto ao mar, nem tanto à terra» merece-me o seguinte comentário: uma Câmara com esta dimensão tem que ter uma capacidade financeira que lhe permita enfrentar questões incertas e agir quando necessário. Não fora essa prudência, não poderíamos dizer à universidade que vamos ajudar a construir uma residência universitária, que pode ser determinante para a presença futura daquele polo aqui na ilha; não poderíamos estar a gastar também nesta altura, qualquer coisa como 200 mil euros no apoio ao arrendamento, e ainda estamos em fevereiro.

Esta reserva financeira que vamos mantendo permitiu-nos agir durante a Covid-19 sem nos endividarmos e permite-nos continuar a fazê-lo quando surgirem as oportunidades. Quando aparece à venda um terreno que dá jeito à Câmara, nós podemos comprá-lo, assim como podemos apoiar um projeto de interesse para o futuro do concelho como este da residência universitária que agora surgiu inopinadamente. Quando as famílias estão em dificuldades por não conseguirem pagar as rendas, cá estamos para as apoiar e esse dinheiro vem daqui; se o gastarmos em assistentes operacionais ou noutra coisa qualquer, pois haveremos de ter os assistentes operacionais, mas prefiro que continuemos com capacidade para apoiarmos quem precisa porque esta Câmara pertence aos munícipes e não aos seus funcionários. É por causa disto que esta gestão é feita. O dinheiro que transita de ano mantém-se nos projetos a que estava afeto porque os mesmos não tiveram execução no ano passado, mas esperemos que tal aconteça este ano.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Quando elaboramos um orçamento as verbas são afetas a determinadas finalidades concretas: aos serviços da Câmara, às instituições de solidariedade social ou aos bombeiros e as coisas ficam claras, mas esta passagem de saldo soma como a Câmara entender…

Sr. presidente da Câmara – Não, não. Soma às ações que não tiveram execução, como consta no documento que foi distribuído…

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Então, se consta no documento que foi distribuído, de alguma forma dei ao senhor presidente da Câmara a oportunidade de responder a isso quando fez a sua intervenção. Congratulando-me com algumas decisões e não sendo especialista em finanças, se bem percebo, 18% deste saldo destinam-se à Câmara e outros e 43% vão para as freguesias, uma decisão que aplaudo. Para as instituições correntes serão 32%, para as instituições de capital vão 13%, as famílias terão 22% e 11% destinam-se aos

serviços da Câmara. Gostaria de uma explicação acerca deste aumento de 32% das despesas correntes com as instituições.

Sr. presidente da Câmara – A questão é simples. Para que não haja redução no ritmo das obras que não tiveram execução no ano passado, na aprovação do orçamento temos que colocar de imediato o valor necessário para que essas obras prossigam. Dando como exemplo a Ladeira de São Francisco que se atrasou, a verba que estava inscrita o ano passado tem que ser replicada este ano sob pena de termos que parar a obra. Como não vamos executar toda a despesa em janeiro, retiramos a verba das despesas correntes da Câmara, colocámo-la na obra da Ladeira de São Francisco e agora temos que repor esse dinheiro exatamente onde estava.

A transição de saldo está associada a um conjunto de ações ou atividades que devem ser repostas em curso, ou seja, o dinheiro continua destinado a determinadas obras; como não foi gasto em 2022, sê-lo-á em 2023. Não sou especialista e também não sei fazer esse puzzle, mas o dinheiro é retirado da zona onde não é gasto de imediato, é colocado nas ações que estão em curso e depois reposto exatamente no sítio de onde saiu.

Quanto ao apoio às famílias, há de facto um aumento que tem a ver exatamente com esta questão que foi criada do apoio às rendas, algo que não existia em orçamentos anteriores e tem que ser aqui refletido. Na verdade, este não é dinheiro novo porque a Câmara não é uma empresa. Este valor não é lucro e é reafeto, já que não foi gasto nos projetos a que estava afeto.

É importante que os munícipes que nos ouvem lá em casa, não pensem que a Câmara deu lucro. Como serviços públicos, as câmaras vivem dos impostos e não têm lucros; o que têm é verbas que não foram executadas e entram para o orçamento do ano seguinte. Tomáramos que isto fosse lucro, ou seja, dinheiro novo que não estivesse afeto a nada, porque aí poderíamos fazer muitas mais coisas. Vamos continuar a fazer o mesmo que fazíamos porque esta é uma mera operação contabilística.

Sr. presidente da Mesa – Apesar de já não termos o senhor deputado Tomás Dentinho aqui presente, permitam-me uma pequena intervenção acerca do apoio à Universidade dos Açores porque é bom retirarmos sempre algumas conclusões da história.

Se não me falha a memória, deu entrada na Assembleia em 2015 uma petição com o n.º 27/10 em defesa da manutenção de uma turma do primeiro ano do curso de gestão do polo de Angra do Heroísmo. Esta petição foi assinada por 517 cidadãos terceirenses, o que levou a que a Comissão dos Assuntos Sociais à qual eu presidia, tivesse feito as diligências necessárias nesse sentido. Ouvimos quem foi decidido ouvir da parte dos partidos que integravam a comissão e é curioso que, passados todos estes anos, a pessoa que inviabilizou a continuidade deste curso na Universidade dos Açores, seja a mesma que, nos últimos tempos, tem continuado contra a ilha Terceira.

Este é um assunto que merece toda a nossa reflexão e deve ser levado ao Conselho de Ilha. A pessoa que invocou junto do reitor, afirmações que estão transcritas no relatório e nas conclusões da referida petição, que podem ser consultadas no *site* da Assembleia, é o senhor

presidente da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada que na altura era o diretor do departamento de gestão e atualmente, a respeito dos cabos submarinos, continua com as suas intervenções bairristas que afrontam a dignidade e a legitimidade dos terceirenses. É inaceitável que continuemos a assistir a posições desta natureza.

Esta minha intervenção serve para relembrar a Assembleia Municipal que este assunto já vem de trás. É pena que já cá não esteja o senhor deputado Tomás Dentinho mas deixo o assunto para a reflexão de todos nós. Revejo-me nas opiniões do senhor deputado Carlos Costa Neves e do senhor presidente da Câmara, de que o Conselho de Ilha da Terceira e esta Assembleia Municipal devem manter uma posição muito firme, determinada, fundamentada e assertiva sobre os reais interesses da ilha Terceira porque o assunto está a tornar-se cada vez mais pertinente.

Deixo aqui esta informação para que possamos refletir sobre a evolução da nossa autonomia e coesão e nos unamos cada vez mais, continuando a pugnar por aquilo que é indiscutivelmente um direito autonómico. Quem tiver interesse ou curiosidade em perceber melhor o que se passou relativamente a este processo, pode consultar o *site* da Assembleia onde consta a referida petição, as conclusões e os relatórios de todos os intervenientes.

Apelo a todos para que unamos esforços no sentido de uma atitude mais interventiva. Falo como presidente da Mesa desta Assembleia Municipal mas não me posso demitir da função que desempenho também no Conselho de Ilha. Da minha parte, tudo farei para que estes e outros assuntos sejam debatidos e levados ao conhecimento público e de quem tem a responsabilidade de administrar a situação governativa, seja autárquica ou do Governo Regional. Obrigado por me terem permitido este esclarecimento.

Terminadas as intervenções e após votação, a Primeira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para 2023 constante do Ponto 1.2, foi aprovada por maioria com 31 votos a favor (22 do PS e 9 do PSD) e 8 abstenções (5 do PSD e 3 do CDS-PP). (2/2023/AMAH).

1.3 – Proposta de nomeação de júri, composto por um presidente e dois vogais, para o recrutamento de cargos de dirigente intermédio de 2.º grau, para as unidades que abaixo se indicam de acordo com o n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto. Propõe-se ainda, nos termos do artigo 24.º, n.º 2 da mesma Lei, a atribuição de despesas de representação no montante previsto no n.º 1 do mesmo artigo, ao candidato a selecionar.

- **Procedimento de DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 2.º GRAU – CHEFE DA UNIDADE DE HABITAÇÃO E AÇÃO SOCIAL (UHAS):**

Presidente:	**Elisabete Fátima Lima Oliveira.**
1.º Vogal:	**Paulo Henrique da Rocha Fantasia Cardoso.**
2.º Vogal:	**Paulo Manuel Borba Mont'Alverne Sequeira.**
Vogais Suplentes:	**André Fernandes Nogueira da Costa.**
	Sónia Alexandra Valadão da Silva.

- **Procedimento de DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 2.º GRAU – CHEFE DA UNIDADE DE CULTURA E DESPORTO (UCD):**

  Presidente: **Elisabete Fátima Lima Oliveira.**
  1.º Vogal: **Antero Orlando Pereira Ávila.**
  2.º Vogal: **Luís Paulo Oliveira Pimentel Carneiro.**
  Vogais Suplentes: **André Fernandes Nogueira da Costa.**
  Paulo Manuel Borba Mont'Alverne Sequeira.

- **Procedimento de DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 2.º GRAU – CHEFE DA UNIDADE DE GESTÃO AMBIENTAL E RESÍDUOS (UGAR):**

  Presidente: **Sónia Alexandra Valadão da Silva.**
  1.º Vogal: **Paulo Henrique da Rocha Fantasia Cardoso.**
  2.º Vogal: **André Fernandes Nogueira da Costa.**
  Vogais Suplentes: **Elisabete Fátima Lima Oliveira.**
  Susana Maria Fernandes Lima Gonçalves.

Sr. presidente da Câmara – O que se fez foi encontrar os júris que pareceram mais adequados e interessa explicar a esta Assembleia as razões que levam a estes concursos, embora me esteja a repetir um pouco, já que esta matéria foi referida há bocado aquando da apresentação da atividade municipal.

Para todos percebermos o que aconteceu, foram alteradas competências de três divisões em que as respetivas chefias cessam a sua comissão. Havia chefias em apenas duas dessas divisões, o dirigente da Unidade do Desporto e Promoção da Qualidade de Vida tinha já terminado a sua comissão de serviço e a Câmara optou por não renovar a sua comissão porque ia acontecer essa alteração. As respetivas chefias que estavam em funções nas outras duas divisões, cessam as suas comissões de serviço por via desta alteração. Ao fazerem-se essas alterações, teria que haver concurso para as três divisões.

O assunto é aqui trazido devido a uma alteração orgânica e a uma decisão de não renovação, a redistribuição de competências que há pouco referi. A chefia da unidade que tinha a habitação a seu cargo, ficará em gestão à espera do resultado do concurso e resolveu-se nomear em regime de substituição, uma outra pessoa exterior ao município vinda dos serviços florestais, dado o perfil da nova unidade que tem uma componente muito forte na área dos verdes, dos jardins, dos parques e da gestão do controlo dos infestantes nas ruas, que tem sido um drama este tempo todo.

Temos uma estrutura de projeto não preenchida. Visto que as áreas do desporto e da cultura são diferenciadas e precisamos de alguém com um perfil mais voltado para a área cultural, aquela que tem apresentado maiores dificuldades, convidei pessoalmente o dirigente que tinha cessado a sua comissão de serviço para permanecer a chefiar exclusivamente a estrutura de gestão da área do desporto, mas a pessoa em causa informou que não queria. Tudo isto tem despesas associadas e teremos eventualmente que pagar uma indemnização ao

dirigente da unidade dos resíduos, que não tinha terminado a sua comissão, mas o mesmo pode ir a concurso e, se vencer, não terá que receber a indemnização.

Quando os senhores dizem que temos falta de técnicos superiores, acho que não é ofensivo se formos buscar mais um técnico superior para ajudar no funcionamento da Câmara. Em suma, houve uma alteração orgânica em que cessaram três chefias.

Lembro os senhores membros da Assembleia que o refrescamento das chefias de vez em quando é um exercício muito útil; aliás, os senhores do partido que está no governo levaram esse exercício até um extremo inaudito, portanto estou seguro que apoiam com muita vontade essas mudanças. Temos oito chefias cá dentro e resolvemos mudar três, uma percentagem muito pequena já que houve quem resolvesse levar a coisa ao osso e mudar 100%, enquanto nós ficámos numa percentagem muito razoável.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Pergunto ao senhor presidente da Câmara qual o método do concurso.

Sr. presidente da Câmara – O programa do concurso é o que está na lei no estatuto de pessoal dirigente e não temos nenhuma liberdade para o mudar.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Poderia reduzir a minha intervenção dizendo que não queremos ter nada a ver com isto porque, na nossa perspetiva, todo este processo está viciado à partida por várias razões.

Recorrendo à sabedoria popular, poderia dizer que, o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita, já que não estou a ver como se pode endireitar isto que vai andando à vontade do dono. Num caso, a pessoa continua em gestão e noutro caso, terminou a comissão mas podia continuar em gestão; no terceiro caso, não continua a gestão e vem uma pessoa de fora, seguindo-se uma metodologia completamente diferente em cada um destes três concursos para satisfazer objetivos predefinidos.

A abertura de um concurso para satisfazer objetivos predefinidos é algo que contraria toda a ideia de concurso, por isso reafirmo que não queremos ter nada a ver com isto, e o senhor presidente da Câmara apresentou toda esta situação como se fosse muito natural. Vou vendo uma certa candura na sua intervenção e ao mesmo tempo tenho que tirar as minhas conclusões políticas.

Esta abordagem diferente a cada um dos cargos tem a ver com opções feitas em relação às pessoas que os ocupam… O senhor presidente da Câmara afirma com a cabeça que sim e o senhor vereador Paulo Lima diz com a cabeça que não. Estou a tentar ler as expressões faciais e vejo que um diz que sim, enquanto o outro diz que não. Há metodologias diferentes para cada uma das situações, o que demonstra uma divergência ou visa-se satisfazer vontades de diferentes elementos do executivo camarário. O senhor vereador Guido Teles terá, com certeza, uma opinião sobre o assunto e quer uma coisa, a senhora vereadora Fátima Amorim, mais tranquila está bem como está, o senhor vereador Paulo Lima tem também a sua vontade e o senhor presidente da Câmara acomodou-se às vontades de cada um.

Se o senhor presidente autorizar, tenho curiosidade em conhecer a opinião dos vereadores da oposição e que posições tomaram nessa reunião que decidiu a criação do júri.

Por se tratar de um assunto tão controverso, talvez o senhor pudesse dar a palavra a cada um dos seus vereadores, nomeadamente os da oposição.

Um júri é, por definição, alguém que vai avaliar o que quer que seja, por isso se pressupõe isenção e distanciamento em relação às funções a exercer, o que significa que não deve existir nenhuma relação habitual de atividade com a Câmara Municipal. Não estando em causa a sua respeitabilidade ou competência e embora não façam parte do seu pessoal, quando há pessoas que trabalham com a Câmara ou, em alguns casos têm relações próximas de dependência com a Câmara e vão escolher o chefe da entidade com quem vão trabalhar, fica posto em causa o pressuposto da independência do júri.

Sr. presidente da Câmara – Há para aí uma grande confusão…

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Suponho que a confusão está no executivo camarário.

Sr. presidente da Mesa – Peço-vos que sigam a prática desta casa. Fala quem estiver no uso da palavra e depois, quem quiser, faz a sua réplica. Agradeço ao senhor presidente da Câmara e aos senhores deputados que tenham isto em consideração e não entrem em diálogos durante as intervenções. Muito obrigado.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Agradeço a intervenção do senhor presidente mas o senhor, com alguma comodidade, põe-se na posição de tratar por igual, situações que não são iguais. Eu estou a intervir e o senhor presidente da Câmara está sistematicamente a interromper-me. Se alguém merece ser chamado à atenção é o senhor presidente da Câmara. Não é «pedir-vos», é «pedir-lhe» no singular. Eu estava no uso da palavra a que tenho direito, o que me faz vir cá e resultou de uma eleição. Quando interromper o senhor presidente da Câmara, aceitarei cordatamente a intervenção do senhor presidente da Assembleia; neste caso, penso que não pode haver um plural porque estou a ser interrompido pelo senhor presidente da Câmara. Bem sei que o assunto é incómodo, controverso e um atropelamento de todas as regras de transparência num concurso público.

Sr. presidente da Mesa – Ausentei-me temporariamente e quando cheguei, um dos senhores estava a intervir e o outro a contrapor, por isso apenas alertei, pedindo que não haja diálogos quando alguém estiver no uso da palavra. As senhoras e os senhores deputados municipais, assim como o senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores, terão que ter isto em atenção. Peço que escutem e depois podem naturalmente inscrever-se para ripostar e fazer o contraditório. Agradeço que não tenham aqui conversas paralelas porque assim não nos entendemos e a gravação acaba por sair prejudicada sob o ponto de vista da ata. Não pretendi criticar quem estava no uso da palavra ou quem interrompeu, simplesmente apelei para que se cumpram os princípios da normalidade.

Sr. presidente da Câmara – O culpado fui eu, não vou dizer que não, mas digo-vos também que os apartes são admissíveis e necessários em qualquer assembleia. Apenas utilizei os apartes que a boa tradição parlamentar permite; se fui incómodo, expresso aqui as minhas desculpas ao orador e ao senhor presidente da Assembleia e procurarei ser mais disciplinado no futuro.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Continuando a minha intervenção e fazendo um resumo do que disse anteriormente, temos três critérios diferentes em relação às três divisões e dois critérios diferentes em relação ao tipo de júri. Eu estava a acabar de dizer que as pessoas que intervêm no júri externo têm relações de dependência com a Câmara Municipal, por isso se inverte completamente a inter-relação. Ao terem dependência de atividade com a Câmara Municipal, algumas dessas pessoas vão escolher determinadas pessoas para serem responsáveis por áreas em que têm interesse direto, havendo uma subversão de princípios. Tive também a oportunidade de pedir ao senhor presidente que permitisse com liberalidade que os senhores vereadores, se assim o quisessem, se pronunciassem sobre o assunto e justificassem as suas preferências.

Devido talvez ao meu espírito confuso, como dizia o senhor presidente da Câmara, não percebo muito bem como se seguem soluções diferentes em que, numa delas, se envereda por um processo de substituição. Não é necessária uma substituição no caso A da Unidade de Habitação e Ação Social da senhora vereadora Fátima Amorim, mas já é preciso fazer-se uma substituição no caso da gestão ambiental e de resíduos. Se a minha informação está correta, a pessoa que virá a ser chefe desta divisão já foi apresentada e circula nos corredores da Câmara, vai estar em regime de substituição para ganhar uma imensa experiência durante os próximos três meses, e depois o júri entenderá com certeza que ele é a pessoa ideal para ocupar o lugar. Com o devido respeito por todos os envolvidos no processo, acho que isto não é sério, está tudo inquinado e não pode ser desta forma.

Quero também assinalar a contradição entre aquilo que o senhor presidente da Câmara sempre assumiu de forma coerente – embora, na nossa opinião, nem sempre bem – acerca do cuidado com as despesas de pessoal para benefício dos munícipes e o facto de a Câmara ter que pagar pelo menos duas indemnizações a pessoas que interrompem o mandato. É difícil de entender esta liberalidade de quem sempre fez uma gestão muito rigorosa. Talvez se deva ao facto de haver sangue novo na vereação da Câmara ou a outras ambições. Devemos ser muito explícitos a respeito desta situação porque andamos ao zig zag e não sabemos se estamos no zig ou no zag.

Talvez esta minha intervenção mais calorosa vá no sentido de uma certa defesa da honra desta bancada, o que não significa que me sinta incomodado pelo facto de o senhor presidente da Câmara ter dito que eu era confuso. O que mais me perturba é o facto de vir para aqui falar em questões de concursos e de mudanças de titulares de cargos no Governo Regional, porque nada tenho a ver com isso. Sou membro da Assembleia Municipal e estou aqui para julgar os concursos, por isso não posso deixar de fazer um remoque e considero essencial que haja isenção e transparência no processo, quer se trate de um concurso para a Câmara Municipal, para o Governo Regional ou para qualquer outra entidade pública.

Se um Governo muda todos os anteriores, se calhar é porque o Governo anterior pôs lá todos os seus. É mal feito este esquema de pôr regimes de substituição, aldrabando os concursos para que as pessoas ganhem experiência, seja por parte da Câmara ou de quem quer que seja.

Recordo uma frase que, desde muito novo, ouvi na minha família. Na altura não percebia bem porque não vivia na Terceira mas agora percebo. Quando era repreendido e dizia à minha mãe que fulano também tinha feito, ela perguntava-me se eu iria atrás dele se ele se atirasse da rocha abaixo.

Os maus exemplos não devem ser transpostos para aqui. Se algum Governo passado ou presente o fez, aconselho o senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores a não se atirarem também da rocha abaixo e é o que estão a fazer neste caso.

Esta minha intervenção já vai muito longa para quem disse que não queremos ter nada a ver com isto e volto a induzir à reflexão do executivo camarário que este não é um bom caminho. Estou certo que o senhor presidente da Câmara não o vai confessar mas sabe certamente quem vai ficar nos lugares.

Sr. presidente da Câmara – Sempre que as situações o imponham, os senhores vereadores podem e devem falar, mas costumo ser eu a tomar a iniciativa de lhes perguntar se o querem fazer e o funcionamento desta Câmara tem-se pautado pelo diálogo na tentativa de encontrarmos as melhores soluções. Enquanto presidente, cabe-me assumir as responsabilidades pelo que a Câmara decide e esta é uma decisão minha. A seguir pedirei a palavra para as senhoras vereadoras da oposição que já me comunicaram que pretendem intervir.

Senhor deputado Carlos Costa Neves, deixe-me explicar-lhe o seguinte: os dirigentes da administração pública são nomeados por três anos porque, tipicamente, o mandato dos executivos é mais longo. Não estamos aqui a falar de um concurso público para um funcionário, nenhuma destas pessoas perdeu ou perderá o seu emprego e apenas se pretende nomear alguém para chefiar um serviço.

A lei diz que as chefias são nomeadas por três anos; no fim desse período cabe ao dirigente máximo de serviço – neste caso a minha pessoa – a avaliação do desempenho dessas pessoas e decidir se as pretende renomear, ou seja, prolongar o mandato ou levar o respetivo lugar a concurso se for esse o entendimento face à avaliação da situação. Essa é uma prorrogativa dos executivos que estou a utilizar e quero pessoalizar a coisa por não se tratar de uma questão do senhor vereador ou de quem quer que seja; é uma decisão minha enquanto dirigente máximo de serviço. Cabe-me avaliar todas as chefias de três em três anos e dizer se este senhor ou aquela senhora devem ou não continuar. É isso que a lei diz, é o que devo fazer e é o que faço de três em três anos.

Há duas formas de chegarmos a este resultado. Ao terceiro ano, eu avalio e digo se é para continuar ou não, como aconteceu no caso do desporto em que terminou o seu triénio e eu optei por não renomear, mantendo em substituição até à entrada em vigor da nova orgânica, o que aconteceu no dia 1 de fevereiro. Esta é uma opção que tem a ver com a minha avaliação após ter ouvido quem trabalha com as pessoas.

A segunda condição que pode levar a este resultado é uma alteração orgânica. Detesto alterações orgânicas mas esta foi necessária porque a Câmara está confrontada com o gigantesco desafio de aplicar mais de 90 milhões de euros em três anos e exige-se uma chefia

dedicada exclusivamente a essa tarefa. O motor principal foi dizer-se: «este senhor tem que sair da área da cultura porque vai dedicar-se apenas à habitação.» Não podemos ter um chefe desta unidade que esteja simultaneamente a organizar espetáculos, a verificar se o palco está no seu devido lugar e a colaborar com as instituições em tudo o que é cultura, porque seria humanamente impossível que essa chefia atingisse o resultado que pretendemos.

De acordo com a lei, sempre que haja uma alteração orgânica, a pessoa cessa a comissão e vai outra vez a jogo, independentemente da data em que foi nomeada. Temos aqui situações em que uma pessoa cessou e outras duas também cessaram porque houve uma alteração orgânica que envolvia os três casos. Após ouvir os senhores vereadores, cabe-me decidir se esta pessoa deve ser colocada em regime de substituição e vamos buscar outra. Esta avaliação é feita sempre que termine o triénio ou aconteça uma alteração orgânica.

As chefias na administração pública não são um emprego. A chefia é uma atividade exercida pelo funcionário de acordo com o seu desempenho e cabe a quem foi eleito, avaliar se a pessoa está a cumprir os objetivos, uma prorrogativa que o povo me conferiu. Nenhum destes chefes foi eleito pelo povo. Os membros desta Câmara é que foram eleitos e é com essa legitimidade que fazemos tudo isto.

Disse-o há pouco de forma irónica mas os senhores nunca me viram ir para a rua dizer que os senhores membros do Governo não deveriam ter despedido este ou aquele chefe, mesmo quando um dos chefes despedidos é o nosso vereador Paulo Lima.

As chefias não têm legitimidade democrática e são avaliadas por quem a tem de acordo com o voto do povo. Na maior parte dos países, as chefias são uma escolha de quem ganha as eleições, enquanto no nosso país são levadas a concurso. Quando é eleito um novo presidente nos Estados Unidos, há renomeações em milhares de divisões em função de quem ganhou as eleições. Aqui temos esta continuidade mas, no fim da comissão, a decisão cabe a quem foi legitimamente eleito. No caso do Governo, foi decidido que todos caíam mas não estou contra e nada tenho a ver com isso. Foi uma decisão do Governo que mandou ir a jogo.

Tenho uma política muito conservadora em relação às chefias. Após a sua avaliação, mantenho-as praticamente todas sem qualquer consideração partidária. Não quero saber de questões partidárias, o que pretendo é chefias competentes e capazes, tal como sempre foi feito, e aconteceu também agora. Há coerência e legitimidade democrática por parte de quem tem que avaliar o que cada chefia está a fazer e decidir se essa pessoa é renomeada ou não. A lei permite também que se opte pela colocação de outra pessoa ou pela manutenção da mesma chefia em regime de substituição até ao resultado do concurso.

Uma divisão que sofreu uma alteração profundíssima destinava-se essencialmente à recolha do lixo e agora terá também a seu cargo os jardins, os parques, tudo o que diga respeito à conservação da natureza e à gestão ambiental deste concelho. Chegou-se à conclusão que a pessoa que lá estava não seria a mais adequada para assumir essas novas funções, por isso e nos termos da lei, foi escolhida outra pessoa para assumir esse cargo em regime de substituição.

O júri tem que avaliar e conhecer aquilo que está a escolher, por isso deve conhecer o funcionamento dessa divisão. Não vou ser membro de um júri que vai escolher uma chefia ou

divisão que desconheço. O júri tem que ser composto por pessoas ligadas a essa divisão para que possa escolher de forma isenta o candidato que apresente melhores condições para cumprir os objetivos. Como é tradição, o júri terá que ser composto por alguém tecnicamente habilitado e ligado ao pessoal porque é preciso fazer atas e garantir que, em todos os momentos do procedimento, se cumpra o que está na lei; depois precisamos de alguém que conheça o funcionamento dessa divisão. Creio que os que são chefias da Câmara, têm uma dependência maior do que os que não o são, mas é preciso alguém que conheça. No caso das chefias, apenas poderá ser membro do júri quem tiver graduação igual ou superior ou pessoas da sociedade civil com reconhecida competência. Perante a falta de chefias em número suficiente, foi-se buscar pessoas de fora.

Nada disto é novo e deveria acontecer sempre. Dependentes ou não dependentes, a única coisa que o júri tem que fazer é olhar para o currículo de quem concorre e decidir de forma capaz. Tenho a certeza que os senhores não vão pôr em causa a independência de pensamento das personalidades que foram convidadas porque são pessoas que, ao longo da sua vida, têm dado provas da sua capacidade de pensar e agir, por isso estou confiante que escolherão o melhor dos candidatos.

Uma vez mais vos digo que não há aqui qualquer incoerência, apenas a vontade de servir bem a nossa população com as melhores chefias, que não são empregos, são funções que se exercem por três anos de forma a potenciar-se ao máximo, o serviço que é prestado ao munícipe.

Quanto às opiniões de cada um, foram todas divergentes e votaram em sentidos diferentes na maioria e na oposição, mas no fim fui eu que decidi como me competia porque sou o presidente da Câmara. Assumo essa responsabilidade e apresento-me perante vós com uma decisão que visa exatamente o bom serviço público.

Sra. vereadora Sandra Garcia – Muito boa tarde senhor presidente da Assembleia Municipal, senhor presidente da Câmara e caros colegas vereadores, senhoras e senhores deputados municipais. Por não ser hábito intervirmos, quero agradecer e retribuir ao senhor presidente da Assembleia, os votos de um bom ano e os desejos de sucessos pessoais e institucionais que nos endereçou.

Ponto número um: quanto ao assunto em apreço, o senhor presidente da Câmara e os colegas vereadores sabem-no e penso ser do conhecimento público, pelo menos dos que estão presentes nesta casa, que os vereadores da oposição têm como linha de atuação, não se intrometerem nas questões que dizem respeito aos funcionários da casa e reconhecem a legitimidade de quem ganhou as eleições para tratar dos seus assuntos internos. No entanto, votámos contra neste processo devido a várias questões que nada têm a ver com quem está envolvido.

Tal como fiz na reunião da Câmara, devo fazer uma declaração de interesses porque esta é a minha casa mãe, que muito prezo desde muito nova, de onde saí para assumir as atuais funções e para onde regressarei um dia com todo o gosto quando as terminar. Por via dessa condição de funcionária desta casa, tenho o grato gosto de conhecer e ser amiga

pessoal de quase todos os protagonistas envolvidos nesta matéria, ou seja, quem entra, quem sai e quem faz parte do júri. Não está aqui em causa a qualidade das pessoas, que reconheço e faço até questão de confirmar mas, no meu entender e para salvaguardar todos os intervenientes, gostaria de ter visto um processo que fosse mais claro.

Nada tenho contra a alteração orgânica e o senhor presidente da Câmara sabe claramente que sempre achei que esta inovação de juntar a cultura à habitação e à ação social era *sui generis* e não a melhor, e que a tradição da casa desde sempre, era ter a cultura e o desporto juntos. Acho estranha a primeira alteração que conduziu a isto e não me parece que seja o mais confortável. Nada tenho contra, até porque a inovação foi a anterior e não esta e agora volta-se ao que é mais consistente, ou seja, àquilo que acho que devem ser os vários pelouros da Câmara. Fico até agradada com o facto de isto voltar àquilo que eu considerava mais eficiente, eficaz e até desejável.

Ponto número dois: eu não estava para intervir a respeito desta matéria porque acho que a avaliação de desempenho tem que ser feita pelo senhor presidente da Câmara e pelos senhores vereadores que têm a seu cargo as chefias e os funcionários, e o que o senhor presidente disse agora na sua última intervenção é que me faz falar disto.

São claramente os senhores que fazem as avaliações de desempenho mas faz-me confusão que se diga agora que isto partiu de uma avaliação porque, num dos casos, tratava-se de alguém que vinha de várias comissões, salvo erro, pelo menos três. A mesma pessoa, várias comissões e praticamente as mesmas funções. Parece-me haver aqui alguma incongruência mas… quem sou eu?

Na sua intervenção anterior, o senhor presidente da Câmara disse que tinha convidado a pessoa para prosseguir dentro das mesmas funções mas noutra categoria, o que me faz pensar que, pela sua avaliação, o desempenho daquela pessoa era bom, caso contrário não a teria convidado para uma coordenação técnica. Se essa avaliação de desempenho era boa, por que razão a pessoa deveria aceitar aquilo que, no fundo, seria um rebaixamento? Foi o que percebi mas digo mais uma vez que a avaliação do desempenho é vossa e só estou a falar deste assunto porque o senhor presidente o trouxe para aqui, senão não o faria. O seu a seu dono porque, na minha casa, gosto de tratar eu.

Qual a grande questão que me levou a votar contra? Ressalvo mais uma vez que tenho a maior consideração por todos os protagonistas, não apenas quem entra, quem sai ou quem vai concorrer a estas chefias, mas também pelos elementos do júri que respeito muitíssimo e não estão aqui em causa. Precisamente por termos respeito pelas pessoas e pelos cargos e devido à sensibilidade destas questões de concursos, melhor do que pedir desculpas, devemos facilitar a vida às pessoas e evitar que aconteçam razões para se pedir desculpas.

A responsabilidade é sua, senhor presidente. Mais uma vez, cada um assume as suas responsabilidades, mas não nos teríamos envolvido nestas questões e tudo seria muito mais fácil se houvesse aqui critérios uniformes. Há três concursos, dois deles com pessoal que é prata da casa e um com pessoal externo. Temos juristas em dois deles e no outro não há juristas.

O senhor presidente diz e bem, que ninguém está aqui a pôr em causa as personalidades, que são figuras públicas bem conceituadas e de alto gabarito, mas são pessoas que têm relações com a Câmara a outros níveis, nomeadamente se precisarem de apoios ou por terem outras funções que poderiam perfeitamente ser salvaguardadas deste papel, havendo outras opções.

Quando a gente quer ir buscar um júri externo, o ideal é consultar personalidades que, direta ou indiretamente, nada tenham a ver com a Câmara. Para que não houvesse aqui dúvidas de qualquer natureza, poderiam ter convidado personalidades do atual Governo ou de governações anteriores, ou ainda chefias intermédias que têm permanecido. Posso falar de uma quantidade de pessoas da Direção Regional da Cultura, do Museu ou da Biblioteca, que tiveram responsabilidades e percebem da matéria, nomeadamente, chefias internas que ocuparam este cargo e são bons funcionários desta casa; assim não haveria qualquer nuvem sobre isto.

Não se trata das pessoas; neste caso concreto, trata-se de algo que poderia perfeitamente ser ultrapassado com critérios uniformes. O senhor presidente da Câmara sabe perfeitamente que eles nunca se metem em questões de funcionamento interno e fico um bocadinho ofendida consigo quando diz que não ouve a oposição. Como o senhor sabe e fica bem dizer aqui, todos temos tido uma postura de proximidade com posições muito concertadas nas questões que consideramos vitais para o desenvolvimento do concelho e da ilha.

Como tive já a oportunidade de lhe transmitir em reunião de Câmara, desculpe-me a franqueza mas isto não foi bem feito, senhor presidente. Não estou a dizer que foi com dolo nem de propósito, mas há aqui uma salgueirada de critérios que teria sido perfeitamente desnecessária.

Sra. vereadora Brites Cunha – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e restantes vereadores, senhoras e senhores deputados municipais. Agradecendo ao senhor presidente da Câmara por nos ter concedido a palavra a pedido do senhor deputado Carlos Costa Neves, retribuo os votos e desejo a todos um bom ano com muitos sucessos.

Parece-me que tudo foi já dito a respeito desta questão. Não tenho nenhum tipo de interesse em debruçar-me sobre as pessoas e não ponho em causa que haja aqui interesses político partidários, porque não é disso que se trata. É importante que se diga que a nossa crítica não tem a ver com qualquer tipo de defesa de gente nossa ou vossa, daqui ou dali. Temos que ser sérios e reconhecemos que nunca se levantou essa questão.

Como disse e bem a senhora vereadora Sandra Garcia, temos tido sempre a postura de não nos metermos na gestão ordinária da Câmara, seja a respeito de mapas de pessoal ou de fundos de maneio, porque lá saberão do que precisam. O que fere neste caso é que o senhor presidente da Câmara fez uma comparação com o Governo Regional – que considero infeliz – porque estas mudanças justificam-se quando há também uma mudança de titulares, o que não é manifestamente o caso porque o senhor está no seu último mandato, trabalha com esta

gente que até agora serviu muito bem, de repente lembrou-se que não eram os mais adequados e está até disponível para algo, claramente contrário à sua figura. Seguindo a linha humorística da sua primeira intervenção – que foi altamente deliciosa – o senhor tem toda uma postura de Tio Patinhas e de repente ficou disponível para ser despesista e andar a pagar indemnizações?

Houve outra coisa que me incomodou e revelou a sua incoerência: «… tomou-se a decisão de não recondução.» Não foi essa a decisão que se tomou, senhor presidente. O senhor disse também que não sabe se haverá uma eventual indemnização porque desconhecemos se as pessoas vão ficar no concurso. Sabemos todos do que estamos a falar, senhor presidente; por isso é que me incomoda o facto de vir votar num júri para um procedimento cujo desfecho é já conhecido e não dou para esse peditório.

É preciso que seja aqui dito que não foi a necessidade de se mudar a orgânica que me perturbou na discussão da reunião de Câmara porque o senhor presidente tem toda a legitimidade para organizar a sua casa como bem entender; o que ficou bem claro a determinada altura é que não era a alteração da orgânica que originava esta consequência, mas sim a mudança no pelouro do vereador que o assumia. Reitero o que foi dito a respeito do júri e, como o senhor muito bem referiu, se os cargos de chefia não são empregos, também não dependem da vontade do vereador X, Y ou Z.

Sr. presidente da Câmara – Agradeço as intervenções das senhoras vereadoras, que ajudaram a clarificar o debate. Quando disse há pouco que não ouvia a oposição, é óbvio que estava a ser irónico porque fazemos os possíveis por ouvir e até concordei com a senhora vereadora numa questão relacionada com o júri, mas era tarde demais porque as pessoas em causa tinham já sido convidadas. Tivesse a senhora vereadora falado um dia antes e outra coisa aconteceria. Por vezes não controlamos os *timings*, na altura não sabia que se tinha esgotado o tempo e fui a correr para ver se ainda conseguia apanhar mas já não dava.

Temos feito os possíveis na Câmara por seguir uma postura de diálogo que nos tem unido na busca do bem comum. Tem havido unanimidade em 99,9% das deliberações, o que é muito bom e nos orgulha a todos enquanto membros da Câmara, da posição e da oposição. Neste caso, as águas dividiram-se por um conjunto de razões, umas conjunturais, outras estruturais, mas a verdade é que nunca me eximi de assumir as responsabilidades. Independentemente da vontade do senhor vereador A ou da senhora vereadora B, quem decidiu no fim, fui eu. Assumo essa responsabilidade dentro daquilo que a lei prevê que é uma constante avaliação do desempenho da Câmara.

Não somos crianças e sabemos o caminho que as coisas levam. Tenho pena que, eventualmente, algumas destas chefias venham a cessar, até porque foram todas nomeadas por mim e trabalham comigo há muitos anos com bons resultados nalgumas áreas e não tão bons noutras.

As chefias são assim mesmo, são cargos transitórios. Há pouco falei da questão do Governo com alguma ironia mas nunca me ouviram dizer o que devia ou não devia fazer. Considero profundamente legítimo que o Governo decida não renovar comissões de serviço,

porque tem essa prorrogativa que deriva de algo mais profundo que é a legitimidade democrática. Quem for escolhido pelo povo tem que assumir as suas responsabilidades para o bem e para o mal e eu não tenho nada a dizer sobre a recondução dos outros. O que disse foi apenas para dar o exemplo com alguma ironia porque assistimos a uma situação inaudita.

Fiz parte de um Governo quando ocorreu a primeira transição partidária, lembro-me dos debates e do cuidado imenso que houve para não estarmos a destruir chefias que podiam ser boas e úteis, por isso decidimos ir avaliando o que cada um estava a fazer, independentemente do partido a que pertencia, e tudo se resolveu a devido tempo. Isto é para vos dizer que tudo é razoável e legítimo, a responsabilidade é 100% minha e assumo-a aqui.

Sra. d. m. Marília Vargas – A alteração da orgânica e das chefias é da exclusiva competência da Câmara. O que acabou de se passar aqui foi semelhante a uma reunião de Câmara, por isso elogio a atitude do senhor presidente ao ter autorizado a intervenção das senhoras vereadoras como sinal de transparência.

Como foi esclarecido, não se tratou de uma questão política porque o PS está nesta Câmara há muito tempo. São assuntos da gestão do executivo e estamos aqui para votar um concurso, o que faremos favoravelmente por não termos nada contra este júri. Contudo, tenho que fazer uma ressalva porque foi aqui feita a comparação com a purga socialista que aconteceu aquando da mudança do Governo Regional. Houve um membro da Mesa do executivo camarário que sofreu por isso e consigo arranjar mais um ou dois exemplos nesta bancada. Isso sim, foi uma vergonha. Felizmente não é o que se passa nesta Câmara, daí me apraz elogiar a postura do senhor presidente e dizer que vamos votar a favor.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Não vou entrar na questão das purgas. Acho que a senhora vereadora foi chefia da função pública ao longo de vários ciclos, portanto há sempre quem escape às purgas, talvez pela sua especial competência ou pelo que quer que seja.

Para encerramento desta questão pela nossa parte, gostaria de dizer que ninguém discute legitimidades democráticas para definir gestão, orgânicas ou quadros de pessoal. Ninguém discute a primazia da lei e o respeito pelo Estado de direito, ao qual todos obedecemos, e concordamos com aquilo que o senhor presidente da Câmara nos explicou como estrutural. Estamos de acordo com a democracia e com as competências da Câmara e da Assembleia Municipal, mas não nos peçam para decidir sobre três júris sem sabermos o que estamos a decidir e porquê. Levantei estas questões em relação ao «porque é que estamos a decidir» por achar que o senhor presidente da Câmara – habilmente e como é seu timbre – se desviou do essencial da questão. Aquilo que nos explicou não é o que está em causa, por isso lhe pedi explicações a respeito da divergência de critérios em relação aos júris e à atuação das atuais chefias.

Quero assinalar também que o senhor presidente da Câmara, de alguma forma, explicou a alteração orgânica com as responsabilidades do PRR. Ora, segundo suponho, a alteração orgânica foi feita antes de se saber que havia PRR…

Intervenção impercetível por parte do senhor presidente da Câmara.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Não é rigoroso dizer-se que a Câmara tem absoluto poder de decisão em relação às chefias, exceto quando terminam o seu mandato. O que está estabelecido é que esse mandato tem a duração de três anos e estão também estabelecidas as razões que poderão levar ao seu termo. Para ser rigoroso, a Câmara avalia o trabalho das chefias e pode tomar a decisão de abrir um novo concurso para a sua substituição, mas tem que respeitar o concurso e o período de nomeação. Quando não é respeitado o período de nomeação, a pessoa tem direito a uma indemnização por sair antes do fim do seu contrato, a não ser que saia por indecente e má figura, o que não me parece acontecer em nenhum dos três casos que aqui se põem.

O executivo camarário não tem poder para pôr e dispor em relação às chefias da Câmara; deve obedecer a um concurso público e a regras estabelecidas por lei. As explicações foram variando ao longo das intervenções, por isso não percebi se o atual chefe de divisão com responsabilidades no desporto, sai porque quer sair ou sai porque a Câmara diz que ele não tem condições para continuar a exercer o mandato. Foram feitas abordagens diferentes e não fica claro se a vontade é do próprio ou se a questão resulta de uma má avaliação do seu exercício.

Sr. presidente da Câmara – Tinha decidido que não falaria mais sobre este assunto e só pedi a palavra por causa da parte final desta intervenção. Devo dizer que tenho um grande respeito e amizade pelas pessoas que foram substituídas. Uma dessas pessoas foi meu aluno, conheço-o desde o tempo em que foi estudante na universidade e conheço também a respetiva família que são pessoas da minha esfera de amizades. No outro caso, conheço a pessoa desde que vim para a Câmara e foi nomeado para a chefia por minha iniciativa.

Faço minhas as palavras da senhora vereadora Sandra Garcia porque, de facto, aconteceu aqui uma situação que não é boa. Vivemos numa terra pequena em que somos todos conhecidos e amigos e é difícil ter que tomar decisões sobre pessoas, mas isto tem a ver com a maneira como as coisas funcionam e posso dizer-vos que a minha avaliação é muito positiva em relação às funções que vinham exercendo. É tão positiva que achei que devia convidar a pessoa para continuar a coordenar a área do desporto, porque ele fez um trabalho extraordinariamente bom, mas acontece que essa área passou a ter uma configuração muito diferente e agora envolve a cultura, talvez a área mais exigente desta Câmara no dia a dia onde é feito um trabalho insano em que é preciso organizar e acompanhar, o que levou a pensar que não seria o perfil ideal.

Um bom chefe não é universal; cada um de nós tem o perfil, a formação e a experiência que tem em determinadas áreas e foi essa a avaliação que foi feita. Volto a referir que se trata de uma pessoa que foi por mim nomeada, por quem tenho um grande respeito pessoal e um enorme apreço pelo trabalho feito na área do desporto.

No outro caso em que a pessoa que também não continuou, estamos a falar de alguém muito especializado na área ambiental que fez um bom trabalho nos resíduos, mas não me parece que tenha o perfil para uma divisão que agora se alargou a áreas completamente

díspares. Uma coisa é gerir a recolha e tratamento de resíduos, a outra é ter que gerir o jardim, os parques, as árvores, as zonas balneares, os cemitérios e um mundo de outras questões da área ambiental. Também aí faço uma avaliação de tal maneira positiva, que em 2021 achei que não valia a pena irmos a concurso e a pessoa foi reconduzida, sendo a única situação em que eventualmente haverá direito a uma indemnização.

Aproveito para informar que não somos tão generosos como a TAP e as nossas indemnizações são muito pequenas. Neste caso a indeminização é miserável porque há apenas a diferença de 200 euros entre o vencimento da pessoa e o vencimento do cargo de chefia correspondente ao período remanescente até ao fim. A Câmara não ficará mais pobre nem os eventuais beneficiários ficarão mais ricos, não dando sequer para comprar um carro pequenino.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Para terminar de uma forma harmoniosa, faço votos para que a pessoa que terá a seu cargo a chefia da unidade de cultura e desporto, tenha igual capacidade de atuação e competência nestas áreas numa cidade que é património mundial. Veremos se consegue essa simbiose da cultura com o desporto. Faço também votos para que a pessoa que venha a assumir funções na área da gestão ambiental e de resíduos, seja igualmente capaz como a chefia atual. Espero que todos eles consigam esta simbiose.

Sr. presidente da Mesa – Senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, permitam-me que faça aqui uma intervenção por considerar que é meu dever fazê-lo.

Quem me conhece, sabe que sou uma pessoa tolerante e gosto muito do diálogo e da discussão para que as coisas se esclareçam definitivamente nos lugares e nos momentos certos. Por considerar que este é o momento e o lugar certo para que este ponto ficasse totalmente esclarecido, deixei que o debate assim continuasse mas o regimento não permite esta situação.

O artigo 24.º do regimento da Assembleia Municipal diz que são permitidas apenas duas inscrições em que a primeira intervenção terá a duração de dez minutos e a segunda, cinco minutos. Se o assunto não ficar esclarecido, poderá haver uma abertura de mais vinte minutos, permitindo a inscrição e intervenção de outros intervenientes, que não aqueles que já se tenham inscrito e intervindo por duas vezes, mas não foi o que aconteceu, precisamente porque entendi tratar-se de um assunto que deveria ficar esclarecido no lugar e no momento certo que é este. Foi por isso que não suspendi a palavra ao senhor deputado Carlos Costa Neves, ao senhor presidente da Câmara e às senhoras vereadoras, permitindo que continuassem a intervir. Contudo, senhoras e senhores deputados, espero que não abusem.

Peço-vos que tenhamos em conta esta linha de atuação sempre com a premissa de que todos os assuntos devem ser totalmente esclarecidos no seu lugar que é esta Assembleia. É aqui que devemos debater, discutir, criticar, votar a favor ou contra e apresentar votos de censura ou seja o que for, por isso é que a minha abrangência evoluiu desta maneira.

Achei que devia prestar-vos esta informação para que todos tenhamos a responsabilidade de gerir os nossos trabalhos com elevação e dignidade e agradeço as vossas intervenções.

Antes de passarmos à votação pontual de cada um dos júris, faço *mea culpa* por não ter saudado a comunicação social aqui presente no início dos nossos trabalhos. Faço votos de um bom ano, esperando que desenvolvam um bom trabalho em prol da nossa ilha. Desejo a cada um, sorte, saúde, felicidades e sucessos pessoais e profissionais. Fica aqui mais uma vez o meu ato de contrição.

Terminadas as intervenções, a proposta de nomeação de júri constante do Ponto 1.3 foi posta à votação:

- **Procedimento de DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 2.º GRAU – CHEFE DA UNIDADE DE HABITAÇÃO E AÇÃO SOCIAL (UHAS):**

  Presidente: **Elisabete Fátima Lima Oliveira.**
  1.º Vogal: **Paulo Henrique da Rocha Fantasia Cardoso.**
  2.º Vogal: **Paulo Manuel Borba Mont'Alverne Sequeira.**
  Vogais Suplentes: **André Fernandes Nogueira da Costa.**
  Sónia Alexandra Valadão da Silva.

O Júri proposto foi nomeado por maioria com 21 votos a favor do PS, 8 abstenções do PSD e 8 votos contra, (5 do PSD e 3 do CDS-PP). (3/2023/AMAH).

- **Procedimento de DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 2.º GRAU – CHEFE DA UNIDADE DE CULTURA E DESPORTO (UCD):**

  Presidente: **Elisabete Fátima Lima Oliveira.**
  1.º Vogal: **Antero Orlando Pereira Ávila.**
  2.º Vogal: **Luís Paulo Oliveira Pimentel Carneiro.**
  Vogais Suplentes: **André Fernandes Nogueira da Costa.**
  Paulo Manuel Borba Mont'Alverne Sequeira.

O Júri proposto foi nomeado por maioria com 21 votos a favor do PS, 9 abstenções do PSD e 8 votos contra, (5 do PSD e 3 do CDS-PP). (4/2023/AMAH).

- **Procedimento de DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 2.º GRAU – CHEFE DA UNIDADE DE GESTÃO AMBIENTAL E RESÍDUOS (UGAR):**

  Presidente: **Sónia Alexandra Valadão da Silva.**
  1.º Vogal: **Paulo Henrique da Rocha Fantasia Cardoso.**
  2.º Vogal: **André Fernandes Nogueira da Costa.**
  Vogais Suplentes: **Elisabete Fátima Lima Oliveira.**
  Susana Maria Fernandes Lima Gonçalves.

O Júri proposto foi nomeado por maioria com 21 votos a favor do PS, 8 abstenções do PSD e 8 votos contra, (5 do PSD e 3 do CDS-PP). (5/2023/AMAH).

Sr. d. m. Carlos Costa Neves (numa declaração de voto) – Apresento uma declaração de voto da parte do grupo municipal da Coligação que votou contra e se absteve em relação ao caso dos senhores presidentes de juntas de freguesia. O nosso sentido de voto nada tem a ver com avaliações individuais ou pessoais dos elementos que compõem o júri, que nos merecem a maior consideração e respeito. Salvaguardadas as personalidades, o sentido da nossa votação tem a ver com o facto de, a nosso ver, não estar assegurado o princípio da transparência.

2 – DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

2.1. – Voto de Congratulação pela Nomeação do D. Armando Esteves Domingues – 40.º Bispo de Angra. Para deliberação do órgão deliberativo, por escrutínio secreto.

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura do Voto de Congratulação constante do Ponto 2.1.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

Pela nomeação de D. Armando Esteves Domingues como 40.º Bispo de Angra.

«D. Armando Esteves Domingues nasceu a 10 de março de 1957 em Oleiros, Diocese de Portalegre, Castelo Branco.

É proveniente de uma família numerosa, sendo o oitavo de onze irmãos.

Entrou no Seminário Menor de Viseu em Fornos de Algodres em outubro de 1967, tendo concluído os estudos no Seminário Maior de Viseu em 1980.

Foi ordenado sacerdote no dia 13 de janeiro de 1982 na Sé Catedral por D. José Pedro da Silva, então Bispo de Viseu e natural da ilha de São Jorge, depois de ter feito um ano de Estágio Pastoral em Roma numa comunidade com sete seminaristas e um sacerdote, no Centro Mundial de Espiritualidade e de Teologia do Movimento dos Focolares.

D. Armando Esteves Domingues conta com formação em áreas como a pastoral juvenil, a espiritualidade e a pastoral familiar, com especial incidência na preparação de noivos para o matrimónio.

Entre o seu percurso pastoral, sobressai ainda o seu empenho na área sociocaritativa com a dinamização ao longo dos anos, de várias iniciativas ligadas à inclusão social, ao combate ao desemprego, à recuperação de dependências e à habitação.

Numa das regiões por onde passou, como pároco in solidum da Paróquia de S. Salvador e do Vicariato de Nossa Senhora do Viso, contribuiu para a constituição desta comunidade como paróquia e para a construção de novas estruturas, entre as quais um novo centro social e uma nova igreja.

O seu currículo inclui também a colaboração com vários movimentos e organismos católicos, desde os Escuteiros aos Educadores Católicos e Equipas de Nossa Senhora, passando pelos Cursilhos de Cristandade.

Além do tempo de trabalho como professor no Seminário Maior de Viseu, onde ajudou a formar várias vocações sacerdotais, e um período de missão junto das Forças Armadas e de Segurança como capelão da Força Aérea Portuguesa, o prelado foi diretor do jornal "Voz de Torredeita e Boaldeia", uma das paróquias que serviu.

Em novembro de 2004 foi nomeado Ecónomo Diocesano de Viseu até julho de 2015.

Entre 20 de julho de 2015 e 27 de outubro de 2018 foi Vigário Geral da Diocese de Viseu.

Em 27 de outubro de 2018 foi nomeado bispo titular de Centenaria e auxiliar da Diocese do Porto, recebendo a ordenação episcopal a 16 de dezembro de 2018 na Sé Catedral de Viseu.

Na Conferência Episcopal Portuguesa, D. Armando Esteves Domingues preside à "Comissão Missão e Nova Evangelização" e é Membro da "Comissão Laicado e Família".

A Diocese de Angra, criada em novembro de 1534 pelo Papa Paulo III através da Bula "Aequum Reputamus", encontrava-se em sede vacante desde 21 de setembro de 2021.

Foi nomeado Bispo residencial de Angra, o 40.º Bispo desta Diocese, em 4 de novembro de 2022, tomando posse a 14 de janeiro de 2023.

*Aquando da sua nomeação, afirmou, e cito: "**Quero saudar os Açores, nas suas nove ilhas, com toda a sua cultura, património e tradições. Angra já é, para mim, a diocese mais bela do mundo.**" Fim de citação.*

Assim, a Mesa da Assembleia Municipal, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária no dia 10 de fevereiro de 2023, a aprovação de um Voto de Congratulação pela nomeação de Sua Excelência Reverendíssima D. Armando Esteves Domingues como 40.º Bispo da Diocese de Angra e dá-lhe as boas-vindas, formulando os melhores sucessos ecuménicos e pastorais. Que o Espírito Santo o ajude a percorrer o caminho a seguir.

Do presente Voto deverá ser dado conhecimento a Sua Excelência Reverendíssima D. Armando Esteves Domingues, à Diocese de Angra, à Conferência Episcopal Portuguesa, ao Patriarcado de Lisboa e ao Senhor Núncio Apostólico.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 10 de fevereiro de 2023.»

Sr. presidente da Câmara – A Câmara Municipal associa-se e revê-se neste voto.

Sra. d. m. Marília Vargas – O grupo municipal do Partido Socialista associa-se a este voto. Damos as boas-vindas ao senhor bispo D. Armando Esteves Domingues, desejando-lhe as melhores felicidades e que tenha muito sucesso nesta sua missão.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Faço minhas as palavras do senhor presidente da Câmara e da senhora deputada Marília Vargas.

O Voto de Congratulação pela Nomeação de D. Armando Esteves Domingues como 40.º Bispo de Angra constante do Ponto 2.1, foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto. (6/2023/AMAH).

2.2 – Voto de Congratulação pelos 50 anos de Participação no Carnaval da Ilha Terceira, aos cidadãos João Adriano Vieira de Mendonça, Abel Vieira de Mendonça e Álvaro Manuel Duarte da Silva, por completarem mais de cinquenta anos consultivos na participação e divulgação do Carnaval da Ilha Terceira. Para votação do órgão deliberativo por escrutínio secreto.

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura do Voto de Congratulação constante do Ponto 2.2.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

Pelos 50 anos de participação no carnaval da ilha Terceira.

«O carnaval da ilha Terceira é uma tradição popular e um exemplo vivo da criatividade do nosso povo.

É uma tradição de gerações e uma bandeira cultural dos terceirenses.

Durante quatro dias, a maioria ou a totalidade das salas de espetáculos da ilha Terceira recebe centenas de músicos e atores amadores que atuam madrugada dentro em manifestações de teatro popular com crítica social e política, a que chamam de Danças, Bailinhos e Comédias de Carnaval.

A sua importância e o reconhecimento de estarem integradas no Património Cultural Imaterial prende-se sobretudo com a necessidade de "valorização, dignificação e divulgação" das Danças, Bailinhos e Comédias de Carnaval. Apesar disso, estamos preocupados com o desaparecimento ou o adormecimento desta manifestação cultural, daí a nossa preocupação em valorizar e reconhecer o mérito, o trabalho, o empenho e a dedicação dos terceirenses que, de geração em geração, mantêm esta identidade cultural muito específica, divulgando-a também nas nossas comunidades de emigrantes, partilhando-a com todas as instituições e pessoas que estejam ligadas às questões culturais.

As Danças, Bailinhos e Comédias de Carnaval são, sem dúvida, um testemunho vivo da diversidade cultural da ilha Terceira.

Este ano e após o período de restrições impostas pela pandemia da Covid-19, as instituições voltam a engalanar-se para receberem esta manifestação cultural.

Há cidadãos que, desde muito cedo têm sido autores, atores e intérpretes de Danças, Bailinhos e Comédias de Carnaval. São referências não só por isso mas também porque este ano celebram meio século de participação ativa, permanente e persistente neste nosso Património Cultural Imaterial.

***João Adriano Vieira de Mendonça**, natural da freguesia da Agualva, concelho da Praia da Vitória, ilha Terceira, nasceu a 7 de Abril de 1963. Desde cedo e apenas com 7 anos de*

idade, iniciou-se nos Bailinhos do Carnaval da Ilha Terceira, vindo a ser escritor e ator apenas aos 16 anos. Hoje guarda um precioso espólio pessoal de textos (enredos) que ultrapassam os 450, englobando Bailinhos, Danças de Padeiro, Danças de Espada e Comédias.

Para além dos assuntos de carnaval, João Mendonça escreveu também peças de teatro, teatro de revista, marchas de São João e lançou, durante o período da pandemia da Covid-19, o seu livro de poesia "Sonetos de lava e incenso". É um dos maiores responsáveis pela junção das mais diversas caraterísticas musicais e representativas do teatro de revista à portuguesa ao carnaval terceirense.

Aos 25 anos parte para Toronto, Canadá, para aceder ao convite de um grupo de amigos da igreja de Santa Helena da mesma cidade e participar na primeira dança de pandeiro com dois mestres, a primeira dança puxada por mais do que um mestre. Ganhou a partir de então, a alcunha de "João da Preta".

Mais tarde, veio a pertencer à direção do extinto "Vasco da Gama Community Center of Toronto" e tornou-se colaborador ativo de vários clubes da comunidade portuguesa daquela cidade, escrevendo e ensaiando inúmeros bailinhos e danças ao longo da sua permanência na naquele país.

João Mendonça regressou à Ilha Terceira 10 anos depois e por cá tem permanecido até aos dias de hoje. Fez parte das mais diversas atividades culturais por toda a ilha, visitando e atuando nas comunidades emigrantes dos EUA e Canadá ao longo dos anos. Atualmente, soma precisamente 52 anos ligados ao Carnaval da Ilha Terceira.

***Abel Vieira de Mendonça** é natural da freguesia de Agualva, concelho da Praia da Vitória, nascido a 1 de janeiro de 1960. Participa no Carnaval da Ilha Terceira desde 1971, atingindo os 52 anos de participações em Bailinhos e Danças de Carnaval. Nos últimos anos tem participado também nos Bailinhos da Terceira Idade na sua freguesia de nascimento. Ao longo dos anos fez várias visitas às nossas comunidades emigrantes dos EUA e Canadá como figurante nos Bailinhos, Danças e Comédias da Ilha Terceira.*

***Álvaro Manuel Duarte da Silva** é natural da freguesia de Agualva, concelho da Praia da Vitória. Nasceu a 21 de Novembro de 1961 e participa ativa e continuamente no Carnaval da Ilha Terceira desde 1971. Ao longo dos anos, visitou as nossas comunidades emigrantes dos EUA e Canadá com Bailinhos, Danças e Comédias de Carnaval. Adquiriu o estatuto de "mestre" de Bailinhos de Carnaval desde muito cedo, tornando-se conhecido por toda a ilha e na diáspora.*

O Diário da República, 2ª série, nº 149 de 3 de agosto de 2020, publica o anúncio n.º 176/2020 com a inscrição das Danças, Bailinhos e Comédias da Ilha Terceira no "Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial".

O pedido de inventariação resultou da iniciativa da comunidade no âmbito da qual se realizam as Danças, Bailinhos e Comédias da Ilha Terceira, tendo em vista a valorização desta manifestação do património cultural imaterial à escala nacional e a importância de que se reveste esta manifestação, enquanto reflexo da identidade da comunidade em que se origina.

A participação consecutiva e ativa há mais de cinquenta anos é, sem dúvida, uma confirmação do contributo e da participação cívica destes três cidadãos terceirenses na valorização e divulgação do nosso património cultural, como são as Danças, Bailinhos e Comédias de Carnaval da Ilha Terceira.

Em termos culturais, destaca-se a profícua parceria existente entre estes três cidadãos, materializada na autoria, espólio, registo e interpretação individual e coletiva na organização, participação e divulgação das Danças, Bailinhos e Comédias de Carnaval da Ilha Terceira.

Por isso, a Mesa da Assembleia Municipal, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária no dia 10 de fevereiro de 2023, a aprovação de um Voto de Congratulação aos cidadãos ***João Adriano Vieira de Mendonça****,* ***Abel Vieira de Mendonça e Álvaro Manuel Duarte da Silva****, por completarem mais de cinquenta anos consecutivos na participação e divulgação do Carnaval da Ilha Terceira.*

Do presente voto deverá ser dado conhecimento aos nomeados e à Direção Regional da Cultura.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 10 de fevereiro de 2023.»

O Voto de Congratulação pelos 50 anos de participação no carnaval da ilha Terceira a João Adriano Vieira de Mendonça foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto. (7/2023/AMAH).

O Voto de Congratulação pelos 50 anos de participação no carnaval da ilha Terceira a Abel Vieira de Mendonça foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto. (8/2023/AMAH).

O Voto de Congratulação pelos 50 anos de participação no carnaval da ilha Terceira a Álvaro Manuel Duarte da Silva foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto. (9/2023/AMAH).

2.3 – Voto de Pesar pelo falecimento de José Manuel da Costa Bettencourt. Para votação pelo órgão deliberativo, por escrutínio secreto.

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura do Voto de Pesar constante do Ponto 2.3.

VOTO DE PESAR:

Pelo falecimento de José Manuel da Costa Bettencourt.

«José Manuel da Costa Bettencourt nasceu na freguesia da Conceição em Angra do Heroísmo no dia 9 de outubro de 1945. Filho de José Maria Bettencourt da Silva e de Elionildes da Costa Bettencourt, estudou no ensino técnico, foi funcionário dos CTT e técnico de colocação de 2ª classe do Serviço Nacional de Emprego.

Faleceu no dia 30 de dezembro de 2022 com 77 anos de idade.

Após o 25 de Abril de 1974 foi um dos fundadores do PPD Açores.

Foi Deputado à Assembleia Constituinte, eleito pelo então Círculo Eleitoral de Angra do Heroísmo, tendo pertencido à VIII Comissão, responsável pela elaboração dos artigos destinados a considerar os arquipélagos dos Açores e da Madeira como regiões autónomas, dotadas de Estatuto Político e Administrativo Próprio e, como tal, com parlamento e governos próprios.

Nas várias intervenções feitas em plena Assembleia Constituinte, nomeadamente dos dias 9 de setembro e 19 de novembro de 1975, elencou os diversos problemas que afetavam as populações dos Açores, chegando a acusar o "desinteresse ou desconhecimento" do governo e "as consequências de uma política decidida nos gabinetes do Terreiro do Paço".

Após a realização do II Congresso do PPD em Aveiro, foi um dos vinte e cinco deputados dissidentes, tendo solicitado o estatuto de deputado independente a partir de 10 de dezembro de 1975.

Na sessão constituinte de 15 de janeiro de 1976, interveio para referir os ataques ocorridos na Terceira, apelando a que se protegesse o povo açoriano, e cito: "que já tanto sofreu contra esses sabotadores da democracia, semeadores do ódio, do medo e da violência, onde quer que eles estejam". Fim de citação.

Nas suas intervenções, as questões do desenvolvimento económico dos Açores encontraram sempre espaço de reflexão.

A 10 de fevereiro de 1976 dirigiu um requerimento ao Ministro dos Transportes e Comunicações sobre a eventual construção de aeroportos nas ilhas Graciosa e São Jorge e nas sessões seguintes requereu ao governo, informações sobre a resolução do problema portuário da ilha do Pico e a redução de escalas da TAP pelo aeroporto das Lajes.

Por deliberação do Plenário da Assembleia da República de 31 de março de 2016, é-lhe atribuído o título de Deputado Honorário por relevantes serviços prestados na defesa da instituição parlamentar no exercício do seu mandato de deputado de 1975-76.

Como deputado do Partido Socialista, exerceu o mandato na primeira, segunda, terceira e quarta legislaturas da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, tendo integrado respetivamente, as Comissões Permanentes dos Assuntos Sociais e Assuntos Internacionais.

Foi vereador da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo no período de 1 de janeiro de 1983 a 31 de dezembro de 1985.

Assim, a Mesa da Assembleia Municipal, nos termos das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária no dia 10 de fevereiro de 2023, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de José Manuel da Costa Bettencourt.

Do presente Voto deverá ser dado conhecimento à sua família, à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e à Assembleia da República.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 10 de fevereiro de 2023.»

O Voto de Pesar pelo falecimento de José Manuel da Costa Bettencourt foi aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto. (10/2023/AMAH).

3 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:

3.1 – Voto de Congratulação pelos 50 Anos da Casa do Povo das Doze Ribeiras. Para votação do órgão deliberativo.

A senhora deputada municipal Lisete Oliveira procedeu à leitura do Voto de Congratulação constante do Ponto 3.1.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

Pelos 50 anos da Casa do Povo das Doze Ribeiras.

«A Casa do Povo das Doze Ribeiras foi fundada em outubro de 1972 por um grupo de doze-ribeirenses com o intuito de constituir um melhor desenvolvimento e cooperação social. Sem sede própria, a Casa do Povo com protocolo celebrado com o executivo da Junta de Freguesia de então, funcionava no edifício da respetiva Junta de Freguesia.

De 1972 a 1980 a Casa do Povo desenvolveu um apoio incondicional no que respeita aos serviços administrativos de ação social, uma vez que esta possuía dois funcionários para o efeito, facilitando assim as deslocações desnecessárias dos trabalhadores rurais ao centro da cidade de Angra.

A partir de 1980 a Casa do Povo das Doze Ribeiras abriu portas a diversas valências, sendo uma delas a anexação da equipa de futebol da freguesia, passando a designar-se Clube Desportivo da Casa do Povo das Doze Ribeiras.

Foram promovidos grandes trabalhos desportivos desde a formação futebolística para jogadores, o que permitiu que o Grupo Desportivo da Casa do Povo das Doze Ribeiras se sagrasse Campeão da Taça do Inatel na época 1991-1992. O Grupo Desportivo consagrou-se ainda como Campeão Regional do Inatel na época 1997-1998, entre outras vitórias.

Em 1993/1994, com o apoio do Governo Regional, foi possível construir junto ao campo de jogos das Doze Ribeiras, balneários e sede própria do Grupo Desportivo da Casa do Povo das Doze Ribeiras.

A Casa do Povo não ficou apenas pelo desporto; abriu oportunidades culturais muito características da nossa terra e em 1994 deu-se a abertura ao Grupo Folclórico Infantil da Casa do Povo das Doze Ribeiras com o intuito de promover, desenvolver e manter as tradições culturais e incentivar e sensibilizar as crianças para a importância do folclore açoriano. Ainda em 1994 procedeu-se à abertura de uma escola de violas, também inserida na Casa do Povo, onde ingressaram 18 formandos.

Em 1999 a Direção da Casa do Povo deu o primeiro mote para a criação de um centro de convívio de idosos para a Casa do Povo.

Em 2012, continuando a prestar apoio social e com uma população cada vez mais envelhecida, a direção criou um projeto para a possível construção de uma nova sede social, bem como a execução de um contrato com um médico para dar consultas particulares aos utentes da Casa do Povo e à população em geral.

Em maio de 2018 dá-se a primeira reunião dos corpos gerentes em exercício no novo Centro de Dia e Casa do Povo das Doze Ribeiras, tendo as novas instalações sido inauguradas em agosto do mesmo ano.

Em 2020 toma posse a atual direção da Casa do Povo das Doze Ribeiras que pretendeu dar continuidade à nova realidade da instituição perante uma população cada vez mais envelhecida.

Apesar das dificuldades criadas pela pandemia da Covid-19, foi ainda possível equipar as novas instalações com a criação de um auditório para ações de formação.

Nos últimos dois anos, a Casa do Povo das Doze Ribeiras tem vindo a promover atividades na freguesia, tais como: workshops e intercâmbios com instituições de outras ilhas, bem como, em colaboração com a junta de freguesia, o apoio ao estudo e às aulas de yoga.

Assim sendo, pela sua vasta história de dedicação à comunidade, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação deste voto de congratulação, devendo do mesmo ser dado conhecimento à direção da Casa do Povo das Doze Ribeiras.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 10 de fevereiro de 2023.»

O Voto de Congratulação pelos 50 Anos da Casa do Povo das Doze Ribeiras foi aprovado por unanimidade. (11/2023/AMAH).

4 – DO GRUPO MUNICIPAL DA COLIGAÇÃO PPD/PSD – CDS-PP – PPM:

4.1 – Voto de Congratulação pela confirmação técnica e política sobre os Cabos Submarinos. Para votação do órgão deliberativo.

A senhora deputada municipal Luísa Barcelos procedeu à leitura do Voto de Congratulação constante do Ponto 4.1.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

Pela defesa firme da centralidade geoestratégica da ilha Terceira.

«O processo de substituição dos cabos submarinos de fibra ótica com vista a permitir a continuidade e modernidade de um fluxo de comunicações tão simples, desde chamadas e mensagens de texto a operações bancárias, aeroportuárias e tecnológicas, remonta a 2019.

Foi então que o Governo da República criou um grupo de trabalho para estudar a substituição do anel CAM que liga os arquipélagos dos Açores e da Madeira ao território continental.

Esse grupo de trabalho integrou um representante da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), representantes dos Ministérios das Finanças, Planeamento e Infraestruturas, Habitação e ainda representantes de ambas as regiões autónomas.

Daqui resultou um relatório com 12 recomendações com vista à operacionalização da substituição dos cabos submarinos, que foi entregue ao Governo da República em janeiro de 2020.

Das referidas recomendações, salienta-se a de que esta seria uma oportunidade única e irrepetível para melhorar a coesão territorial, contribuindo para o desenvolvimento da zona Continente-Açores-Madeira durante os próximos 25 anos. Podia também potenciar a criação de uma Plataforma Digital no Atlântico Norte, rentabilizando a enorme área marítima que nos circunda. O novo anel teria vários pontos de amarração: na ilha Terceira por via da Base das Lajes e em Santa Maria devido à NAV e aos projetos espaciais que lá se desenvolvem.

Decorridos quatro anos desde o início da auscultação pública, este processo tem prosseguido com hesitações, sendo que no passado mês de dezembro, o Governo da República anunciou estar para publicação, o concurso público para substituição do anel CAM em linha com as recomendações do referido grupo de trabalho e com as especificações técnicas e financeiras consideradas pela IP Telecom. Garantiu também uma nova ligação integrada no anel CAM entre a ilha Terceira e São Miguel, assegurando uma maior segurança do anel face a situações de catástrofe.

Esta nova solução, constituída por um anel CAM com amarração a partir do território continental, seguindo para a ilha Terceira, depois para São Miguel, daí para a Madeira e voltando ao território continental, com redundância e maior disponibilidade de fibras, revela-se uma mais-valia para a região autónoma dos Açores.

Na verdade, esta solução é melhor e mais resiliente na medida em que contará com duas amarrações – uma na Terceira e outra em São Miguel – assegurando que não haverá isolamento em situações de desastre, acidente ou terrorismo numa das amarrações. Ademais, projeta-se para o futuro na medida em que aumentará o número de fibras disponíveis por amarração, pelo que os Açores passarão de uma fibra para seis pares de fibra, criando oportunidades para a região se constituir como um ponto de conectividade avançada da Europa que permitirá aos cabos transatlânticos amarrarem diretamente nos Açores, em vez de no continente europeu.

Assim, ainda que se repudie o discurso bairrista e o aproveitamento de alguns face a esta decisão, é de saudar a defesa firme desta solução técnica que beneficia a região e o país.

Assume-se assim a relevância da centralidade geoestratégica dos Açores em geral e da ilha Terceira em particular, tal como afirmado pelo XIII Governo Regional dos Açores e pelos deputados eleitos à Assembleia da República pelo círculo dos Açores.

Nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM propõe à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária a 10 de fevereiro de 2023, a aprovação de um Voto de Congratulação pela defesa firme da

centralidade geoestratégica dos Açores e em particular da ilha Terceira, neste processo de substituição do Anel CAM.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento ao Ministério das Infraestruturas, à Presidência do Governo Regional dos Açores e à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 10 de fevereiro de 2023.»

Sr. presidente da Câmara – Creio que todos nos revemos neste voto. Trata-se, de facto, de uma questão de segurança e resiliência e é de lamentar a postura do senhor deputado eleito pelos Açores à Assembleia da República pelas listas do PSD, que tem assumido uma posição muito estranha e equívoca a respeito deste processo. Este voto é bem merecido e creio que o senhor deputado Moniz deveria ouvir qualquer coisa.

Sra. d. m. Marília Vargas – Não se trata apenas de uma questão técnica porque está completamente comprovado que a melhor solução é a amarração do cabo aqui na Terceira. Estranhamos esta posição do engenheiro Paulo Moniz, deputado à Assembleia da República, e de uma elite de pessoas influentes em São Miguel que manifestaram uma posição contra esta amarração dos cabos na Terceira. É com muito agrado que vemos esta posição da bancada da Coligação aqui na Assembleia Municipal, resta agora saber qual é a posição dos restantes membros do PSD na ilha Terceira.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Tenho pena que o senhor deputado José Miguel Toste não esteja presente, mas penso que ficam sanadas as dúvidas que possam existir em relação à posição do PSD local e dos partidos que compõem esta bancada, e convido os senhores deputados do grupo municipal do Partido Socialista para, com a mesma veemência com que referem aqui estas questões, contribuírem para que o Governo da República acelere este processo, sendo certo que o mesmo decorre há mais de quatro anos. Ainda esta semana, o Ministro das Infraestruturas em visita aos Açores, anunciou a prorrogação do concurso público por mais um ano.

Este assunto é muito sério e pode colocar em causa toda a nossa vida em comunidade numa era global. Mais do que bairrismos e discursos de discórdia, maledicência e inverdades, é importante mantermos uma posição firme como a que esta bancada aqui apresenta.

O Voto de Congratulação constante do Ponto 4.1 foi aprovado por unanimidade. (12/2023/AMAH).

4.2 – Proposta para a Celebração dos 40 Anos da Cidade Património Mundial. (Criar e votar a eleição de um grupo de trabalho a constituir por indicação nominal do PS e da Coligação para definir a participação mais ativa da Assembleia Municipal). Para votação do órgão deliberativo.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Se me permitem, vou dispensar-me da leitura da proposta que está disponível na «nuvem».

Todos temos o mesmo orgulho na classificação da cidade de Angra do Heroísmo como património da humanidade. Partilhamos o gosto pela nossa cidade, pelo nosso concelho, pela nossa ilha e também pela nossa região. Sentimo-nos honrados com esta qualificação, estamos conscientes das responsabilidades que ela nos traz e a celebração desse facto que permitiu que a cidade continuasse com o seu perfil após o sismo de 1980, é algo que nos une.

Em reunião de líderes que costumamos ter de preparação das sessões da Assembleia Municipal, detetou-se um grande consenso à volta do empenho e interesse nestas celebrações, assim como se detetou, nos termos de uma proposta que, suponho originária do senhor presidente da Câmara, a vontade de um maior envolvimento da Assembleia Municipal no acompanhamento das celebrações deste 40.º aniversário.

É neste sentido que a proposta é formulada. Contudo, peço a todos que tenham a caridade de aceitar a sugestão de cinco, em vez de três representantes da Assembleia Municipal visto que, por um equívoco, tínhamos previsto apenas três representantes para não nos embrulharmos na organização da Câmara. Estando esse equívoco ultrapassado, as coisas perfeitamente esclarecidas e tratando-se de uma comissão da Assembleia Municipal para acompanhar a efeméride, se ninguém tiver nada a opor, parece-me mais razoável a nomeação de cinco em vez de três representantes, sendo três do grupo maioritário do Partido Socialista e dois do grupo da Coligação. Apesar de haver uma maioria, a coordenação poderá ser decidida entre eles e os nomes devem ser entretanto apresentados para que, na sessão da Assembleia Municipal de abril, sejam lançadas as condições para que o grupo possa funcionar.

Sr. presidente da Câmara – Da parte da Câmara Municipal, é com imenso agrado que vemos esta proposta, até porque tínhamos já considerado que seria importante um real envolvimento desta Assembleia com a Câmara. Vejo também com agrado esta alteração de três para cinco representantes que permitirá uma intervenção mais alargada.

Peço a leniência de todos e solicito ao senhor presidente da Mesa que conceda a palavra ao senhor vice-presidente da Câmara, que tem a seu cargo as questões da cultura, para que nos possa dizer o que vai acontecer.

Sr. vereador Guido Teles – Como sabem, as festas Sanjoaninas deste ano são dedicadas a esta temática e está a ser preparado um programa para um ciclo de conferências em articulação com o Instituto Histórico, com início entre março ou abril, prolongando-se até ao mês de dezembro e cuja lista ficará disponível para consulta dos grupos municipais representados nesta Assembleia.

No mês de dezembro, perto da data comemorativa, será lançado um livro de Antonieta Reis Leite sobre a evolução da estrutura urbana de Angra, um livro de fotografia de Luís Godinho e Luís Filipe Borges e um outro de Paulo Mendonça, também focado na componente de fotografia, com uma perspetiva da cidade antes e depois do sismo de 1980.

Estão previstas em vários órgãos de comunicação social nacional, algumas ações de promoção de Angra do Heroísmo no contexto dos 40 anos da classificação da cidade, além de

algumas atividades que estão a ser preparadas pelas escolas do concelho para serem integradas nesta programação.

Nos dias 29 e 30 de março decorrerá em Angra do Heroísmo, um encontro da OCPM (Organização das Cidades Património Mundial) e teremos ainda uma medalha comemorativa destes 40 anos que está a ser elaborada por Mariana Simões.

Está prevista entre 14 e 16 de junho, a «Glex Summit 2023», a maior cimeira do mundo de exploradores pioneiros e cientistas investigadores com a curadoria da «Explorers Club of New York», além de outras atividades preparatórias da Bienal Ibérica do Património Cultural, uma iniciativa que decorrerá na ilha Terceira focada em Angra do Heroísmo que conta também com o apoio do Governo Regional. Esta programação prévia à bienal inclui conversas *online* sobre património no primeiro semestre de 2023 e o «Instaheritage» que consiste num concurso de publicações no *Instagram* dirigido à comunidade jovem, além de um ciclo de visitas alternativas a espaços com importância patrimonial em diferentes formatos desde a *Escape Room*, visitas noturnas e *peddy-papers* que ocorrerão nos fins de semana dos trinta dias anteriores à bienal.

Está também prevista uma atividade chamada «Património Bands», que consiste em atuações de bandas locais em lugares públicos nas tardes dos quatro dias da bienal, e o «Open Heritage Angra» com o objetivo de abrir alguns edifícios à visitação pública durante a bienal.

A Bienal Ibérica de Património Cultural ocorrerá entre os dias 12 e 15 de outubro e vai incluir espaços positivos, pontos de inovação, pontos de contacto B2B (*business to business*), seminários e programação cultural.

Está também a ser preparado para ser lançado este ano, o livro dos «Urban Sketchers da Ilha Terceira» sobre o tema dos 40 anos de classificação e o «Encontro Nacional de Urban Sketchers» ocorrerá de 31 de agosto a 2 de setembro com a elaboração de trabalhos nesta componente de captação do centro histórico em *sketch*.

Em dezembro acontecerá a cerimónia institucional comemorativa dos 40 de classificação de Angra do Heroísmo como cidade património mundial.

Sra. d. m. Marília Vargas – Vemos com bons olhos, este envolvimento dos elementos da Assembleia Municipal na organização do programa das comemorações dos 40 anos de cidade património mundial. Agradecemos a abertura por parte do senhor presidente da Câmara e do executivo camarário ao aceitarem fazer parte desta comitiva, por isso votaremos a favor.

A proposta constante de Ponto 4.2 foi aprovada por unanimidade com a alteração introduzida em sessão para que a representação da Assembleia Municipal seja composta por cinco membros em vez de três. (13/2023/AMAH).

Sr. presidente da Mesa – É necessário que os grupos parlamentares municipais indiquem os seus representantes para que a proposta possa ser posta à votação na próxima sessão da Assembleia Municipal que ocorrerá em abril. Informo os senhores membros da Assembleia que, após decisão tomada em reunião de líderes, a próxima sessão está agendada para o dia 21 de abril.

A senhora deputada municipal Tânia Gil da Rocha Lemos, na qualidade de 1.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que foi aprovada por unanimidade.

Sr. presidente da Mesa – Concluímos assim os nossos trabalhos. Em nome da Mesa da Assembleia, agradeço a vossa presença, colaboração, intervenção e sobretudo a elevação com que reunimos e debatemos os assuntos de interesse para o município. Desejo a todos a continuação de uma boa tarde e um bom fim de semana. Até ao dia 21 de abril.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 15h10m do dia 10 de fevereiro de 2023, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O Presidente da Mesa

_____

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

A 1ª Secretária

_____

Tânia Gil da Rocha Lemos